



RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022



Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257. 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Mocambique

ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	38
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	39
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	44
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	45
VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	46
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	47
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48

I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH, SA)		
Número de Registo Comercial:	13 259		
Número Único de Identificação Tributária (NUIT):	400 102 961		
Conselho de Administração:	Conselho Fiscal:	Assembleia Geral:	
<ul style="list-style-type: none">Arsénio Mabote (Presidente do Conselho de Administração)Fernando Faustino (Administrador)Fahim Mahomed (Administrador)	<ul style="list-style-type: none">Miquelina Menezes (Presidente)Bruno Munguambe (Primeiro Vogal)Filipe Masquil (Segundo Vogal)	<ul style="list-style-type: none">Manuel Mazuze (Presidente)Maria Uache (Secretária)Iolanda Matsinhe (Secretária)	
Director Executivo:	Joaquim Veríssimo		
Estrutura Accionista	<ul style="list-style-type: none">Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)Governo de Moçambique (20%)Investidores Privados Nacionais (10%)		
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)		
Número de Acções:	5 934 115 (593 411 acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)		
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, S.A.		
Bancos:	Standard Bank South Africa, ABSA Mozambique Lda and FNB Moçambique, Millennium BIM, BCI, MOZA, Letshego e Bayport.		
Endereço:	Av. Julius Nyerere, nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique		
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.		
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado moçambicano.		
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.		
Estrutura da CMH:	<pre>graph TD; AG[Assembleia Geral] --- CF[Conselho Fiscal]; AG --- CA[Conselho de Administração]; CA --- DE[Director Executivo]; CA --- S[Secretariado]; DE --- DAF[Direcção de Administração e Finanças]; DE --- DGC[Direcção de Gestão de Contratos]; DE --- DT[Direcção Técnica]; DAF --- AP[Administração e Património]; DAF --- CF2[Contabilidade e Finanças]; DAF --- RH[Recursos Humanos]; DGC --- JUR[Jurídico]; DGC --- CC[Contratos Comerciais]; DGC --- PS[Prestação de Serviços]; DT --- PROD[Produção]; DT --- RES[Reservas]; DT --- TIC[Tecnologias de Informação e de Comunicação]; DT --- RPSM[Relações Públicas, Responsabilidade Social e Marketing];</pre>		

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras auditadas do exercício findo a 30 de Junho de 2022.

Este ano financeiro foi caracterizado por uma subida significativa dos preços de petróleo como resultado de restrições do fornecimento de petróleo no mercado internacional, o que impactou positivamente nas nossas receitas.

Pode-se verificar, através das Demonstrações Financeiras, que a CMH reportou um total do rendimento integral positivo (lucro líquido) de USD 36 923 477, o que representa um aumento acentuado quando comparado com os resultados do exercício financeiro de 2021.

Um dos principais desafios é a disponibilidade de reservas provadas para assegurar o fornecimento de gás ao abrigo dos contratos assinados. Durante este exercício, temos vindo a investir em furos adicionais (infill wells) e projectos de compressão de gás para recuperar mais gás dos reservatórios de Pande e Temane, a fim de aumentar os respectivos volumes a serem fornecidos, por forma a cobrir a quantidade total contratada, mitigando deste modo, o défice de reservas.

É importante mencionar que a empresa está enfrentando alguns desafios técnicos e operacionais em novos furos para sustentar o *plateau* e restaurar os furos de produção que tem registado problemas de integridade. Outrossim estamos cientes de que os investimentos feitos até agora não resolverão a questão do défice de reservas, no entanto, estamos comprometidos com a operadora, a trazer novos projectos dentro da nossa licença do PPA, que exigirão grandes investimentos, tais como: Projectos de extensão do *plateau* e optimização de declínio da produção (PEDOP).

Não obstante os constrangimentos referidos, continuamos comprometidos em pagar níveis satisfatórios de dividendos aos nossos accionistas, o que tem sido uma prática corrente.

No dia 29 de Setembro de 2020, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária em que os accionistas da CMH aprovaram a distribuição de dividendos referentes a 75% do lucro líquido, apurado no exercício financeiro de 2021, os quais foram integralmente pagos.

Portanto, no presente exercício, no dia 27 de Outubro de 2021, a CMH pagou aos seus accionistas um montante total de USD 8 558 195 de dividendos relativo ao ano financeiro de 2021.

Relativamente aos impostos e contribuições, a CMH pagou um montante total de USD 12 063 903 ao Estado, dos quais 89% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 9% impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS) e 2% contribuições destinadas à segurança social (INSS).

A CMH continuou a observar uma política de investimentos a curto prazo, dos fundos que constituem reservas nas contas onshore e offshore, tendo obtido juros que melhoraram os resultados financeiros, quando comparados com o ano financeiro transacto.

No que refere à responsabilidade social empresarial (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das operações conjuntas (JO), bem como, através de contribuições directas. A CMH contribuiu com um montante total de USD 2 211 314 para a implementação de projectos sociais que visam complementar o esforço do Governo na promoção do desenvolvimento e bem-estar das comunidades moçambicanas. De realçar que a pandemia de Covid-19 teve um impacto negativo nas actividades de responsabilidade social, devido às medidas de prevenção decretadas pelas autoridades. No entanto, esforços estão sendo feitos para garantir o retorno de nossas intervenções com segurança.

No âmbito da operação conjunta, e no que diz respeito ao conteúdo local, temos o compromisso de continuar a implementar iniciativas que garantam o desenvolvimento local, promovendo oportunidades de negócios, privilegiando as entidades de capitais moçambicanos.

No mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as acções da CMH continuaram a ser transaccionadas, sendo que, durante este ano financeiro, verificou-se uma variação do preço da acção da CMH de 2 500 Meticais para 2 800 Meticais.

Em termos de formação profissional, em 2022, continuamos a dar muita atenção às necessidades dos colaboradores, não obstante, devido a pandemia da Covid-19, as acções de formação presencial foram suspensas e substituídas pelos cursos virtuais.

Em cumprimento do protocolo sanitário e, no âmbito da calamidade pública decretada pelo Governo, a CMH continuou a desenvolver um conjunto de acções com vista a reduzir o risco de contaminação no local de trabalho. Neste contexto, foram desenvolvidas acções de encorajamento aos colaboradores para adesão das medidas de prevenção e combate a esta pandemia, tendo providenciadas condições de trabalho adequadas.

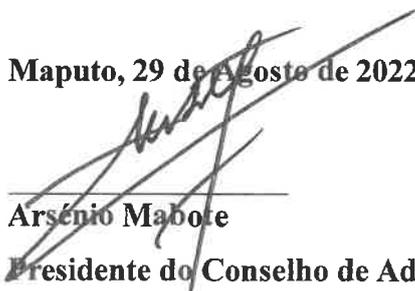
Em termos de segurança, saúde e meio ambiente, continuamos a reportar um nível de desempenho satisfatórios por parte do Operador.

Continuámos a honrar todos os nossos compromissos observando as boas práticas de gestão relacionadas aos dividendos, impostos e outras obrigações, numa base regular.

Continuamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate a qualquer tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são divulgados através do jornal de maior circulação publicado no país e na nossa página da internet.

Concluindo, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que acreditam em nós e que têm apoiado de uma forma directa e indirectamente a nossa empresa, principalmente em tempos difíceis. É neste sentido que endereçamos os nossos agradecimentos aos membros do Governo Moçambicano, os nossos accionistas, parceiros, colaboradores, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Maputo, 29 de Agosto de 2022



Arsénio Mabote

Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2022.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (SPT), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e condensado é produzido nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano.

Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor.

No AF21, após a suspensão da campanha de perfuração devido ao covid 19, as operações MERIC foram retomadas no AF22, onde o furo Temane-9 foi selado e abandonado (P&A) e o segundo furo horizontal (Pande-28) do PPA foi perfurado e testado com sucesso, com o início das operações (BO) já alcançado.

Durante o AF22, o consórcio perfurou com sucesso os furos do projecto da tranche-2, que consistiram na perfuração de 3 novos furos Lpads no Pande-G6 (Pande-29, P-30 e P-31). Ainda estão em curso os trabalhos de conexão da linha de fluxo com os furos e a instalação dos equipamentos de instrumentação, pelo que, prevê-se o BO para Dezembro do ano civil de 2022.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2022, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 75 758 763, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF22	AF21
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	100 169 781	66 513 342
Vendas: Gás Natural	96 161 722	64 826 911
Vendas: Condensado	4 008 059	1 686 431
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 656 586)	(1 120 555)
Receita líquida após royalties	98 513 195	65 392 787
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(22 754 432)	(13 960 800)
Resultados operacional da CMH na operação conjunta	75 758 763	51 431 967

O resultado operacional da CMH na operação conjunta ascendeu 47% em relação ao exercício de 2021 (AF21).

2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

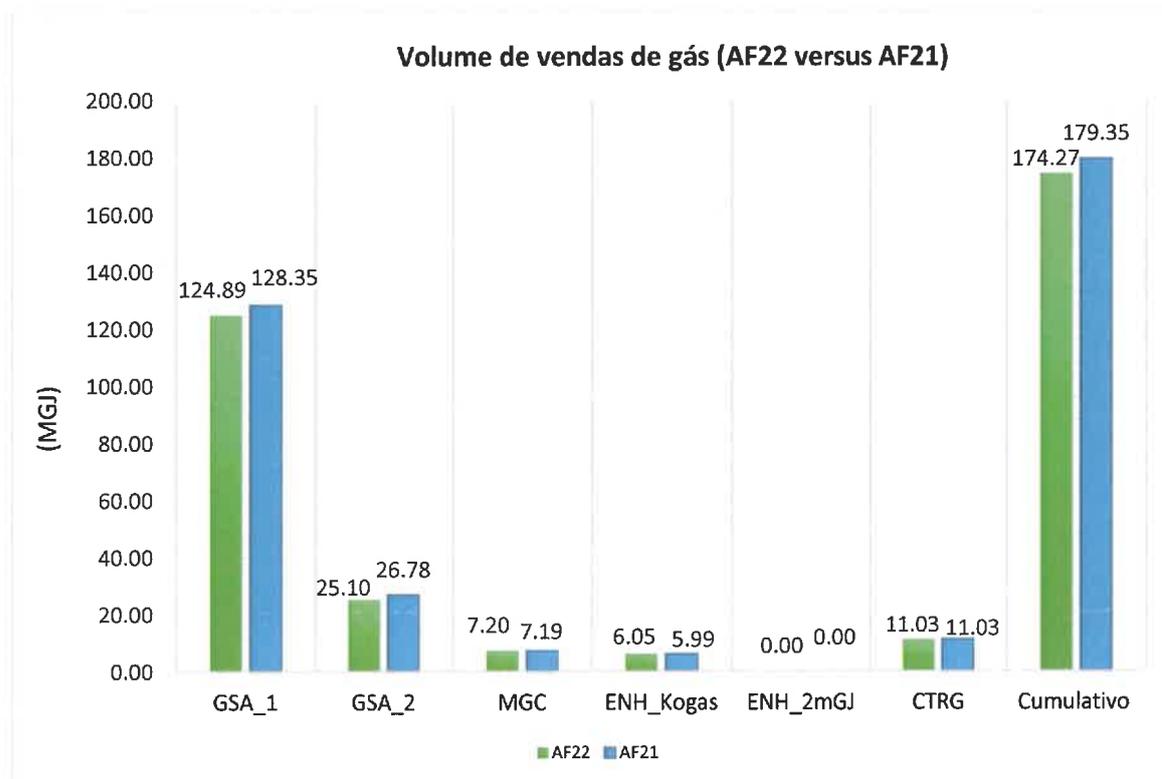
2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2022 (AF22), findo em 30 de Junho de 2022, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF22	AF21	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	124.89	128.35	-2.70
Gás Natural - GSA 2	MGJ	25.10	26.78	-6.29
ENH-kogas	MGJ	6.05	5.99	0.98
MGC	MGJ	7.20	7.19	0.15
CTRG	MGJ	11.03	11.03	0.00
GSA ENH 2mGj	MGJ			
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	174.27	179.34	-2.83
Condensado	Bbl	261,700.87	281,456.84	-7.02
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF22	AF21	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	4.80	5.05	-4.95
Preço médio de vendas	Unidade	AF22	AF21	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1 (a)	USD/GJ	2.26	1.54	46.75
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	2.18	1.35	61.48
ENH-kogas	USD/GJ	1.99	1.92	3.65
MGC	USD/GJ	2.18	1.35	61.48
CTRG	USD/GJ	2.68	2.58	3.88
GSA ENH 2mGj	USD/GJ			
Condensado	USD/Bbl	61.26	23.97	>100.00

(a) – inclui gás em excesso.

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF22 versus AF21).

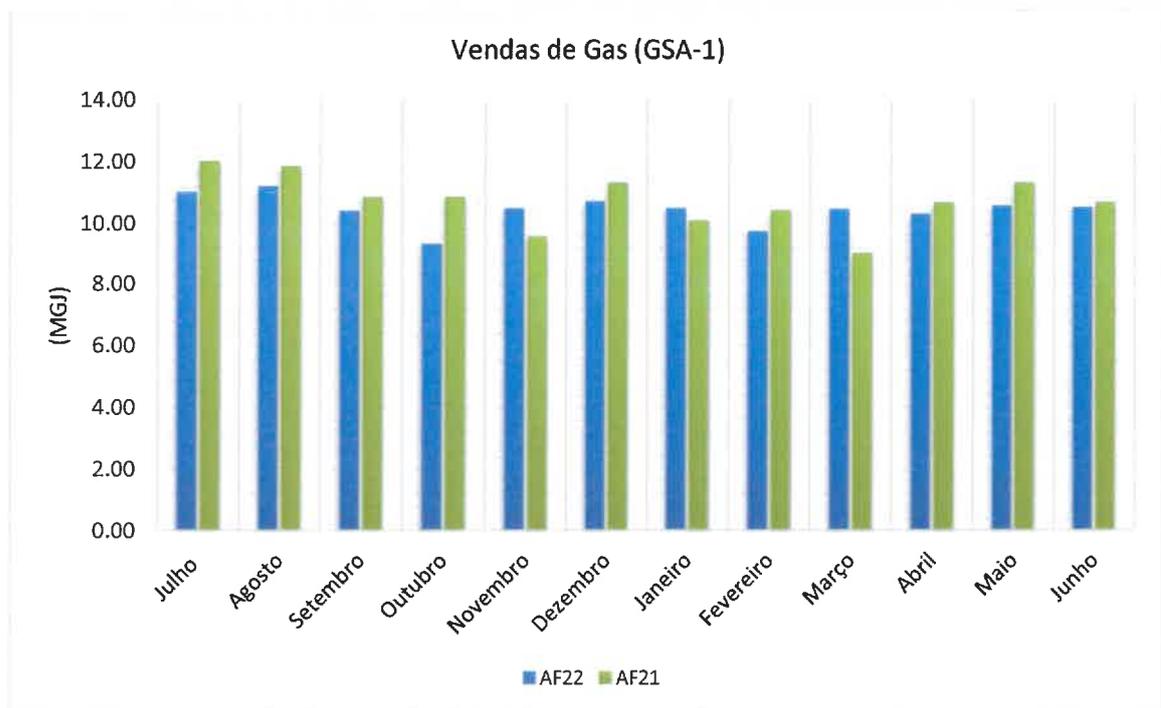


Como se pode ver a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2022 (AF22) em média foi de 2.83% inferior em relação ao período anterior de 2021, devido às seguintes razões:

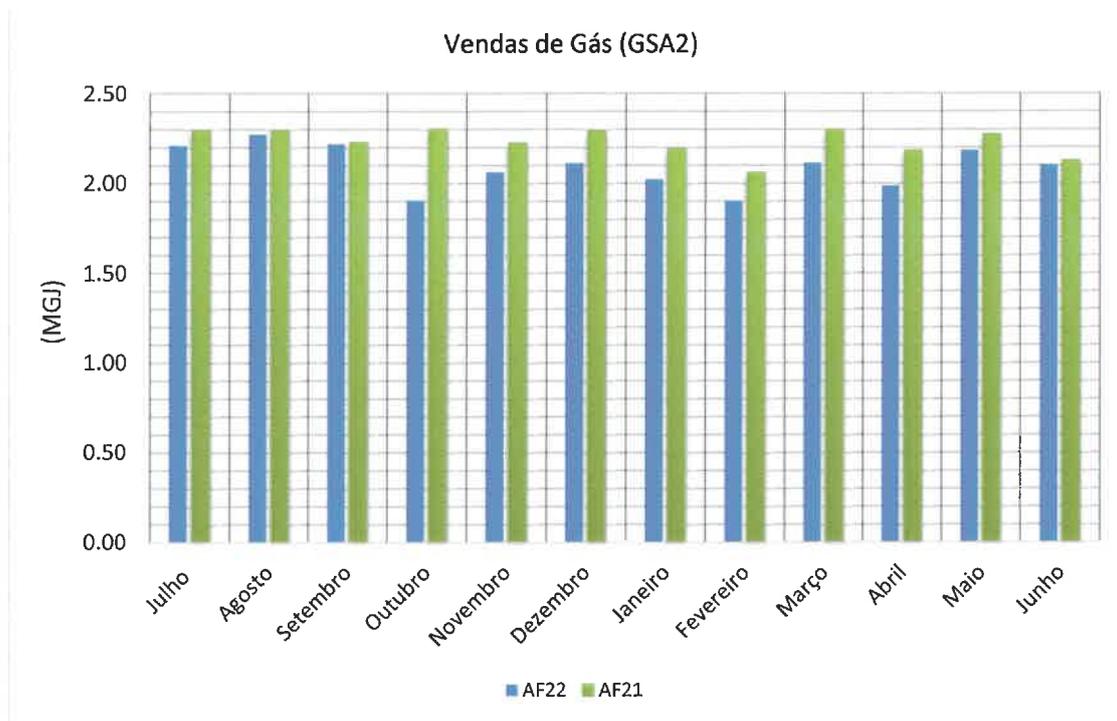
- Verificaram-se menores entregas de gás em relação as encomendas realizadas por parte da compradora Sasol Gas ao abrigo dos contratos GSA1&2, aliado ao facto de que a Central de Processamento (CP) sofreu vários problemas operacionais em unidades-chave, bem como a limitação no fornecimento de gás a partir dos campos de produção, devido aos problemas de capacidade de fornecimento de gás causado pelo atraso do reinício da campanha de perfuração MERIC, face às restrições impostas pela pandemia da covid-19, que também contribuíram para menores volumes totais de vendas em algum período do ano.
- Portanto, os parceiros do consórcio foram penalizados pelo incumprimento da obrigação de disponibilização de gás adequadamente encomendada.

- Não houve registo de encomendas de fornecimento de gás desde o mês de Setembro de 2017 nos termos do contrato da ENH-2mGJ, devido à suspensão no levantamento de gás, o que contribuiu negativamente no volume total de vendas de gás natural.
- Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2.

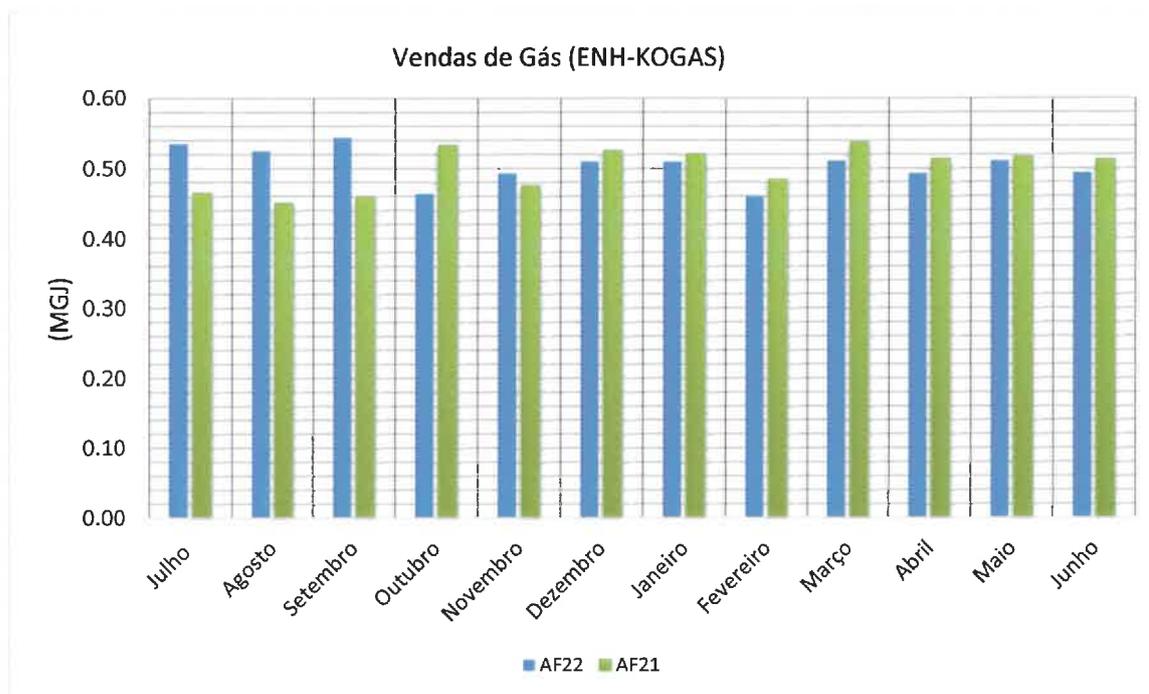
Os gráficos a seguir mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2022 (AF22) em relação ao período anterior de 2021 (AF21) tanto para o gás natural, como para o condensado.



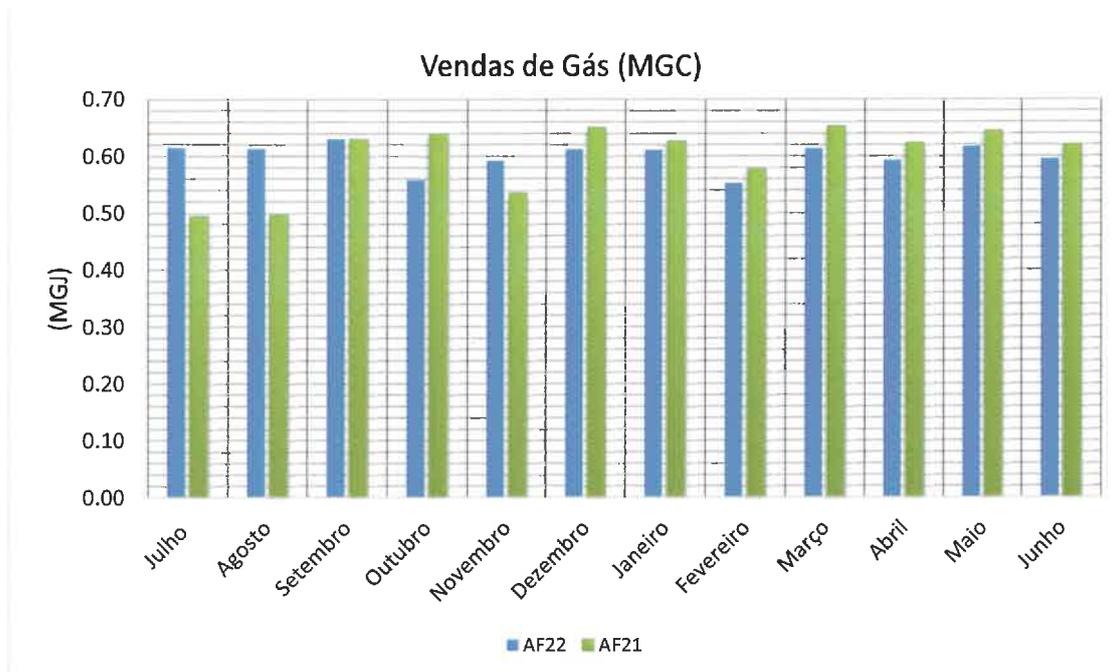
Pode-se ver no gráfico acima que no AF22, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 2.70% inferior em relação ao AF21, devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.



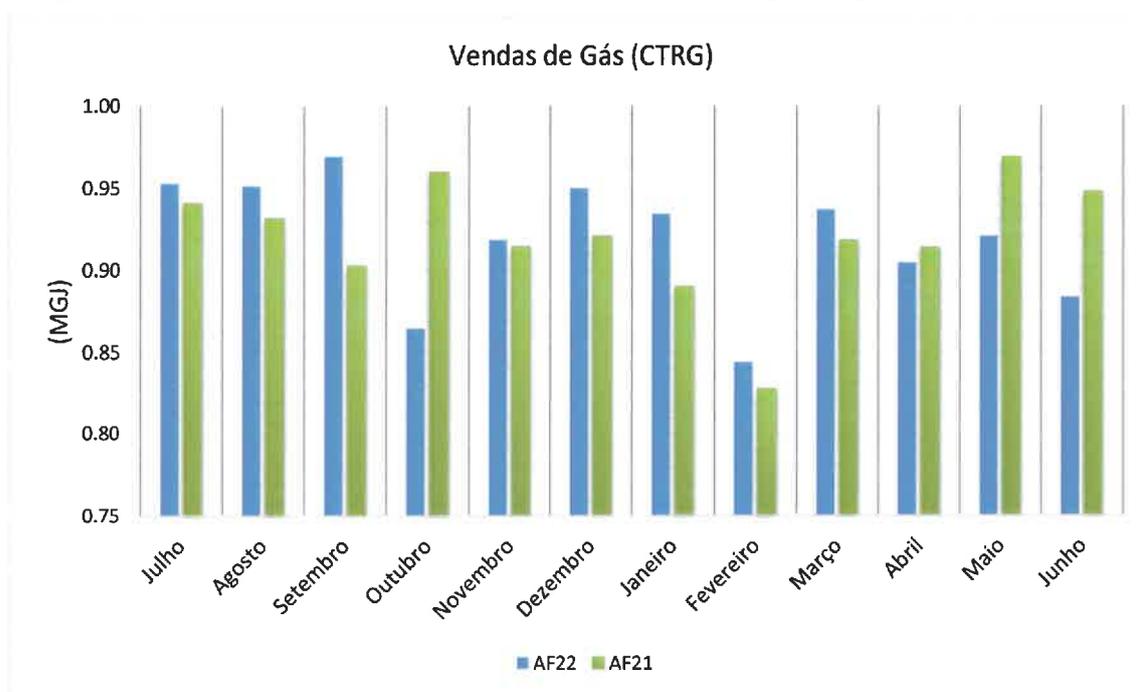
O volume de vendas nos termos de contrato GSA2, no AF22 foi 6.29% inferior em relação ao período anterior (AF21), devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.



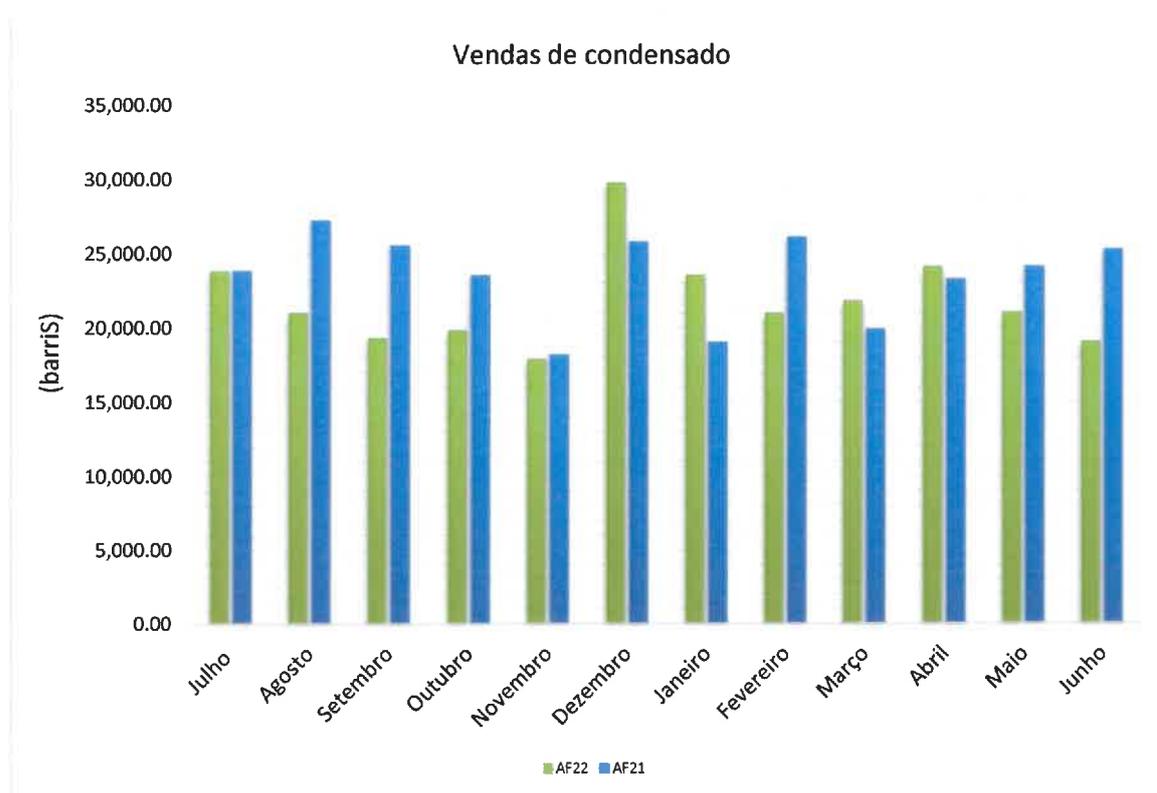
O volume de vendas nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF22 foi 0.98% superior em relação ao período anterior (AF21), devido a maiores entregas de gás à ENH-KOGAS.



O volume de vendas nos termos de contrato da MGC do AF22 foi 0.15% superior em relação ao período anterior (AF21), devido a maiores entregas de gás à MGC.



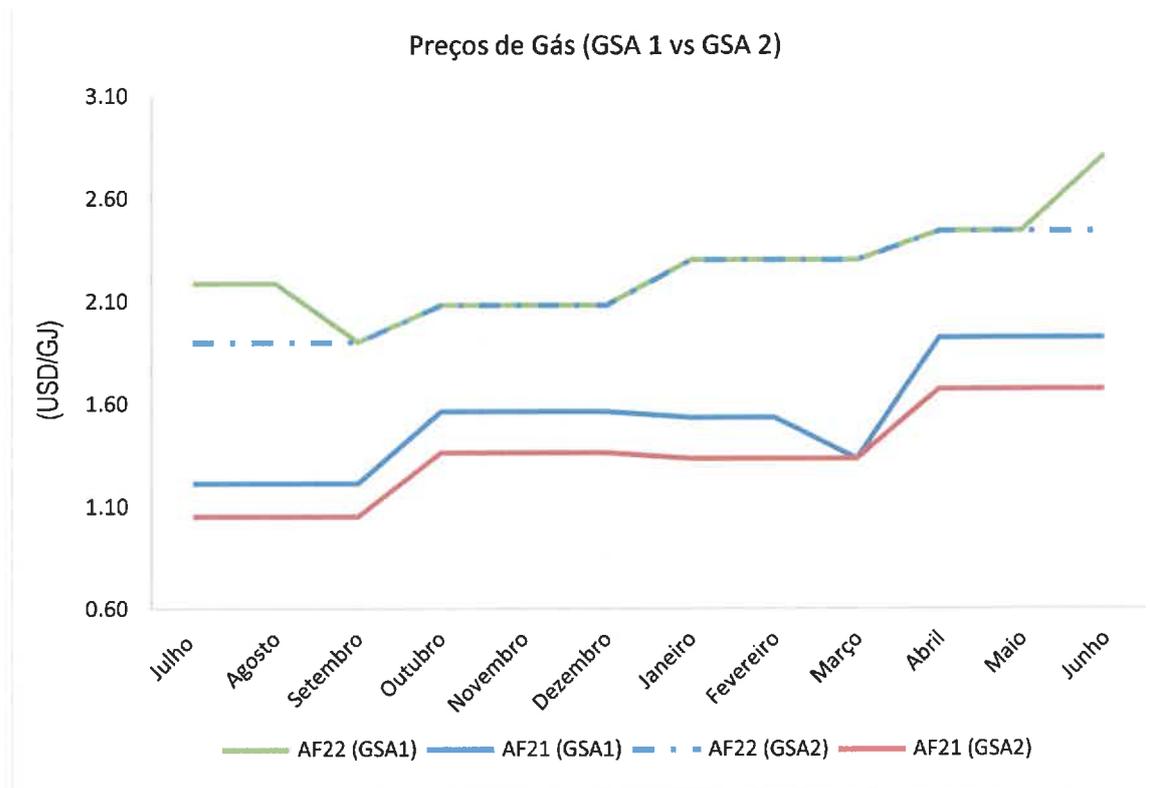
O volume total de vendas nos termos de contrato da CTRG do AF22 foi igual em relação ao período anterior (AF21).



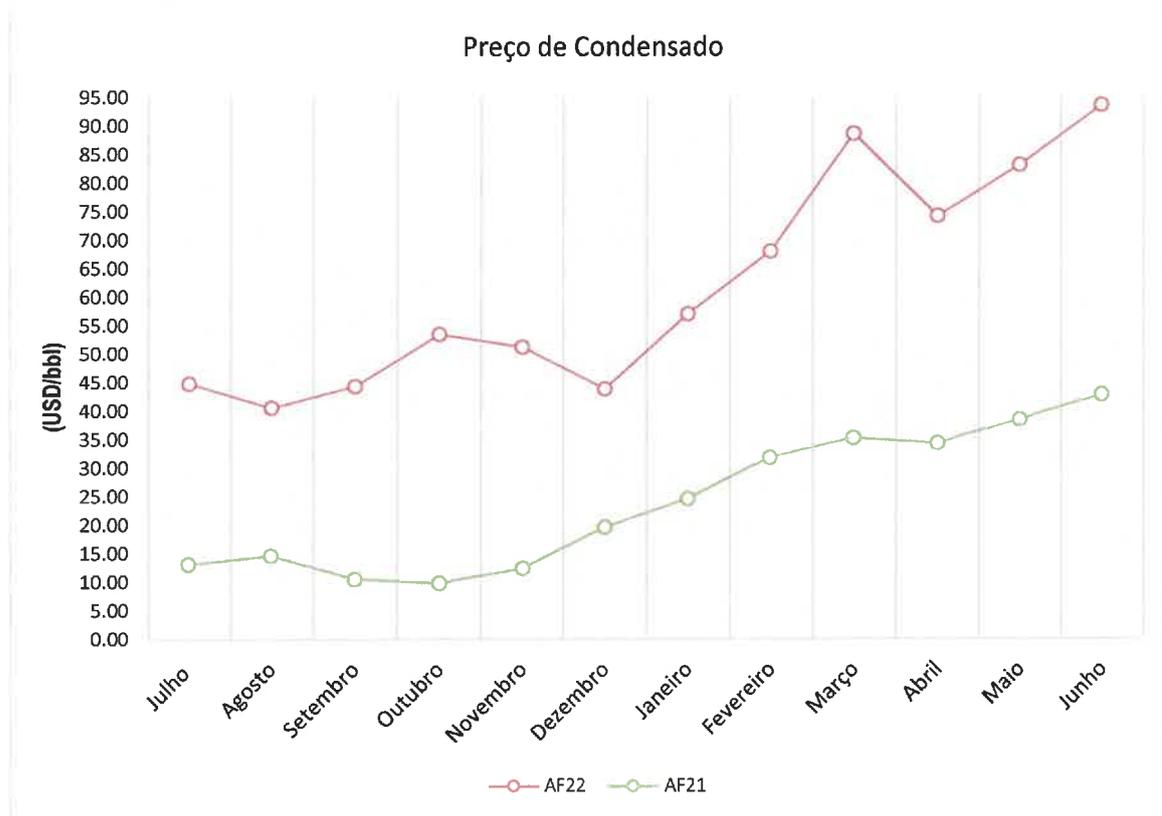
Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF22 na ordem de 7.02% em relação ao período anterior (AF21), devido a baixa produção de gás e ao facto de a maior parte da produção ser proveniente do reservatório de Pande, que contém poucos líquidos em comparação aos reservatórios de Temane. Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás tem diminuído devido à deplecção da pressão dos reservatórios, aliado ao facto de ter havido modificações na planta de processamento, através da instalação de compressores de baixa pressão em diferentes fases, que agravaram a baixa produção de condensado.

2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural e de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2022 foram superiores comparativamente ao mesmo período de 2021 (AF21), devido à ascensão do preço de petróleo no mercado internacional.



- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA1 (incluindo as quantidades encomendadas em excesso) foi de USD2,26 por GJ, o que representa um acréscimo de 46.75% comparado com o AF21 (USD1,54 por GJ), devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA2 foi de USD2,18 por GJ que é 61.48% superior em relação ao AF21 (USD1,35 por GJ), devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a ENH-KOGAS foi de USD1,99 por GJ que é 3.65 % superior em relação ao AF21 (USD1,92 por GJ), devido a variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a MGC foi de USD2,18 por GJ que é 61,48% superior em relação ao AF21 (USD1,35 por GJ), devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a CTRG foi de USD2,68 por GJ que é 3,88% superior em relação ao AF21 (USD2,58 por GJ), devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi de USD61,26 por barril que é 100% superior ao preço praticado no AF21 (USD23,97 por barril), devido principalmente, à ascensão dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

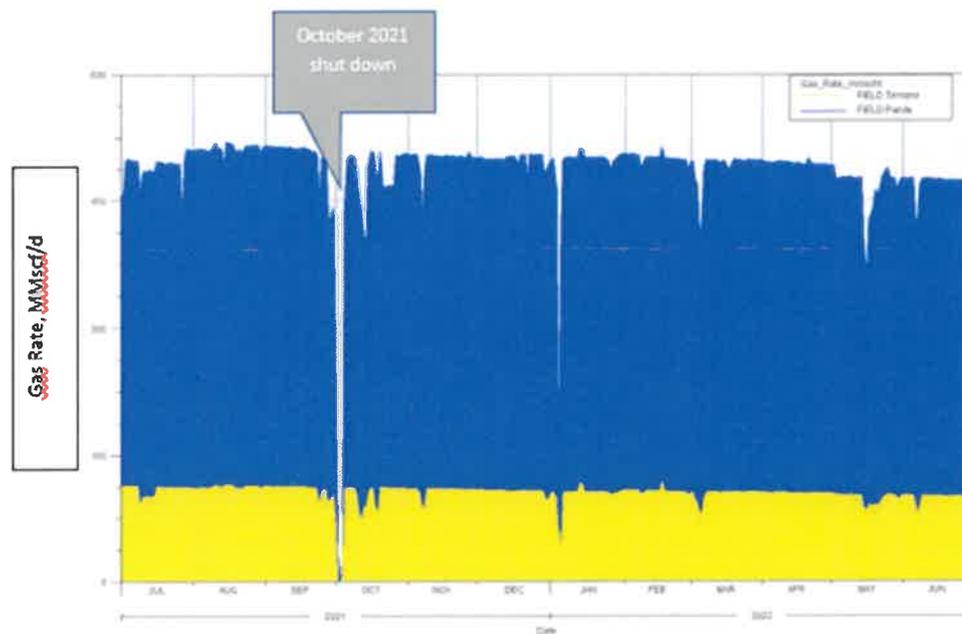
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no AF22 foi 4,95% inferior em relação ao gás levado no período anterior de AF21. Isto deveu-se à redução do consumo do gás doméstico durante o período em apreço, tem sido dada a preferência do gas em *cash* em vez de em espécie.

2.4 Revisão das Operações

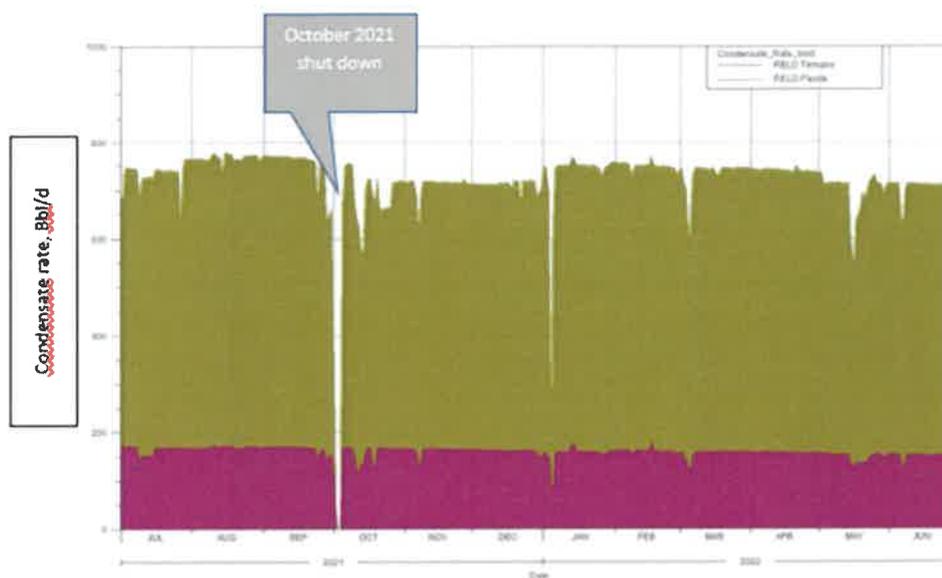
2.4.1 Operações nos campos de gás

Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF22.

Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2021 a 30 de Junho de 2022



**Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de
01 de Julho de 2021 a 30 de Junho de 2022**



- A produção média bruta de gás do PPA no ano financeiro 2022 (AF22) foi de 486 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um decréscimo de 0.61% em relação ao ano anterior (AF21). Houve um decréscimo de produção na ordem de 3 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 22% e 78% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A produção média total de condensado no AF22 foi de 719 Bbl/d (Barris por dia), que corresponde um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior.
- A produção de condensado baixou em 51 Bbl/d comparado ao mesmo período do AF21, devido a baixa produção de gás, e ao facto que o rácio de produção de condensado versus gás (CGR) tem vindo a diminuir com o tempo, face à queda das pressões nos reservatórios, bem como as mudanças de instalação de diferentes fases de compressores de baixa pressão na central de processamento (CP).
- De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se verificar que nos dias 02 e 03 de Outubro, não houve produção de gás e condensado, devido a uma paragem de produção planificada na CP, na qual foi conduzida uma manutenção de rotina na planta.

Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

Conforme mencionado nos nossos relatórios anteriores, a maioria dos furos de Pande e Temane ainda estão enfrentando problemas de integridade, e houve a necessidade de realizar actividades de perfuração em alguns dos furos no AF22 findo, conforme mencionado abaixo. No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram feitas as seguintes operações a saber:

- Avaliação do gradiente da pressão estática (SGS-Static Gradient Survey) em alguns dos furos suspensos/fechados (T-4, T-11, T-15 e AD1).
- 5 furos foram fechados e suspensos por longo prazo devido a problemas de integridade dos furos, baixa produtividade e produção excessiva de água. 9 furos de produção operaram sob regime de concessão (furos que requerem alta supervisão).
- Temane-4, o exercício de avaliação de risco neste furo está sendo feito desde o terceiro trimestre do AF22 de modo a avaliar a opção do retorno da produção do furo.
- O furo Temane-15, foi realizado um teste de integridade para avaliar a perda de metal e o perfil de espessura em todo o revestimento da tubagem de 5", 7" e 9- 5/8", e esta sendo levado a cabo uma avaliação de integridade das conexões múltiplas para avaliar qualquer presença de líquidos no furo.

Conforme o exposto acima, apenas 80% dos furos de produção de PPA estiveram em funcionamento e 20% foram fechados durante o período em análise, esta foi a razão pela qual a equipa de engenheiros de furos seleccionou e recomendou que alguns dos furos tivessem de ser remediados e outros serem selados e abandonados.

Ainda no período em análise, também houve progresso de avaliação de potenciais riscos de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) devido a problemas de integridade de 8 antigos furos de pesquisa e avaliação na qual as operações anteriores de Selagem e abandono (P&A) não foram feitos de forma adequada pelo Operador durante a campanha de perfuração de 2007, pelo que, estão sob responsabilidade do consórcio, conforme o acordo do PPA. Os resultados dessa avaliação por via de "hot tapping" concluíram que apenas 2 furos (Temane-2 e Pande-10), precisarão de uma remediação de selagem e abandono (P&A) para AF23 e AF25.

O Projecto de restauração da integridade dos furos e campanha de perfuração designado por MERIC (Mozambique Exploration and Remediation & infill Campaign).

O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é reparar determinados furos de produção por via de “*workover*” e abandonar e selar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção enquanto a campanha de perfuração é de perfurar alguns furos (*ifill wells*) no campo para sustentar a produção durante a vida útil do projecto.

O resumo das operações no âmbito do MERIC é o seguinte:

- Temane-9 e Temane-14, as operações de selagem e abandono, *P&A* foram concluídas após a retomada das operações MERIC nos campos em Agosto de 2021;
- As operações de “*workover*” do Pande-19 enfrentaram vários desafios durante a sua primeira intervenção em Agosto de 2021, dois “*packers*” de produção da Viking falharam no teste de pressão e o furo foi suspenso em Outubro com o programa das operações de “*workover*” parcialmente concluído. A investigação de falha dos “*packers*” da Viking foi concluída, mas nenhuma causa de base foi estabelecida para apurar as responsabilidades. Portanto, o programa foi redimensionado e seleccionado um novo fornecedor de Packer (Weatherford). Devido aos desafios na primeira operação, o orçamento para a conclusão do trabalho (*EOJ*) das operações de “*workover*” do P-19 aumentou de US\$ 12,7 milhões para US\$ 26,6 milhões. As operações de “*workover*” foram retomadas no Pande-19 e foram concluídas em Junho de 2022, e a tubagem de produção foi testada com sucesso, mas o “*Annulus A*” falhou quando foi testado. Devido ao problema acima, foi planificado executar uma operação de “*logging*” para identificar a presença de líquidos através do som no revestimento de 9-5/8” e do “*Annulus A*” de modo a se decidir os passos a seguir.
- O furo Temane-3, foi retirado da lista das operações de “*workover*”, após os testes satisfatórios de pressão na tubagem de produção.
- O furo Pande-15 foi colocado novamente em produção em Dezembro de 2021 após a operação de “*slickline*” realizada com sucesso.

Outros projectos do PPA no âmbito do MERIC para otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA para os contratos de vendas de gás (GSAs), incluiu um plano para perfurar 7 novos furos (Tranche - 1, Tranche -2 e Tranche-3), conforme descrito abaixo:

- **Os furos Infills do PPA, Tranche-1**, que consistiu na perfuração de 2 novos furos em Pande G6, sendo que o Pande-27 já foi perfurado em 2018 e o infill Y (Pande-28) foi perfurado e testado com sucesso em Fevereiro de 2022, com o início das operações (BO) já alcançado.
- **Os furos Infills do PPA, Tranche-2**, que consistiu na perfuração de 3 novos furos Lpads em Pande-G6 (Pande-29-P-30 e P-31), os furos foram perfurados e testados com sucesso em Junho de 2022. Os resultados da perfuração dos furos P -29, P-30 e P-31, foram de acordo com as expectativas e os trabalhos subsequentes estão em progresso, nomeadamente: a conexão da linha de fluxo de gás com os furos e instalação de equipamentos de instrumentação, e prevê-se o seu *BO* para 21 de Dezembro de 2022.
- **Os furos Infills do PPA, Tranche-3** que consiste na perfuração de dois novos furos, T-9 e T-15 de modo a substituir os mesmos furos que foram selados e abandonados (P&A) e aumentar a capacidade dos furos e otimizar a recuperação de gás dos reservatórios de PPA.

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na Central de Processamento (CP) não foram estáveis durante o período reportado e por conseguinte as encomendas globais diárias não foram alcançadas.

Ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- Unidade 44 (Unidade de Desidratação –*TEG*), o transmissor de temperatura do permutador de calor avariou devido à indicação de alta temperatura causada por mau funcionamento das bombas na unidade *TEG*, como resultado da baixa pressão do *contactor*. A equipa de manutenção recalibró o transmissor e a unidade voltou a funcionar.
- A unidade 54 (Correção do Ponto de Orvalho) foi desligada devido a falha do compressor (KC5401) aquando do processo de reiniciação da unidade. Foi realizada uma investigação do problema e a unidade voltou a funcionar.

- A unidade de estabilização de condensado foi desligada devido ao mau funcionamento da bomba com referência (PC-7101B). Uma investigação do problema foi realizada e identificou-se um vazamento de condensado na bomba devido a danos internos. A equipa de manutenção removeu e reparou a bomba, e a unidade voltou a funcionar.
- Durante o período em apreço, houve também falhas de comunicação na planta que afectou as unidades de compressão de baixa pressão, unidades de desidratação de gás, o furo Pande-27 e a unidade “D” (Gerador de Turbina movida a Gás). A falha de comunicação foi causada por perda de energia a partir da placa de Controle Lógico Programável (PLC) localizada na sala de engenharia. Uma notificação para apurar as causas foi realizada para a investigação do incidente. A equipa de manutenção redefiniu todas as unidades e as unidades voltaram a funcionar.
- A unidade 64 (Compressor de Alta Pressão) sofreu várias avarias devido à falha de indicação de alta temperatura de descarga e a unidade 61 avariou face a vibração excessiva. A equipa de manutenção redefiniu e reiniciou as duas unidades e ambas voltaram a funcionar.
- A unidade 62 (Compressor de Alta Pressão) foi desligada devido a um vazamento contínuo de óleo do eixo rotor do compressor da turbina. Investigações foram realizadas face à indicação do aumento do nível de óleo, e foram realizadas outras verificações. A equipa de manutenção substituiu o motor, no entanto, o seu comissionamento atrasou devido à identificação de fendas durante as inspeções. A equipa de manutenção finalizou a soldadura sobre fendas e a unidade voltou a operar.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na CP, durante o mês de Outubro de 2021 e foram realizadas algumas actividades, tais como: foi concluída a actualização dos protocolos de comunicação (Delta-V) para melhorar a interface entre a planta e o sistema de controle distribuído (DCS na sigla inglesa), substituição do motor na unidade 32, conforme a recomendação do fabricante do equipamento original, bem como, a substituição do motor na unidade 62.

- No entanto, a paragem anual planificada de produção foi realizada e concluída com 20 horas de atraso devido há vários desafios que tiveram lugar, principalmente: houve desafios de inspecionar e manter seguro os separadores de produção (DM 2001 e DM 2002). No mesmo equipamento, notou-se que em ambos separadores os drenos estavam entupidos por produtos desconhecidos com o aspecto de lama.
- Na unidade 69 (Estação de Medição do Gás Natural-Daniel), foi realizada a calibração em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização) e cuja actividade foi concluída com sucesso.

2.4.3 Manutenção da capacidade e projectos de extensão do “plateau”

2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto está na sua fase de selecção e irá atingir as aprovações das fases subsequentes da avaliação no quarto trimestre de 2022.
- Os critérios de selecção das opções foram concluídos e está em progresso o processo de avaliação económica das diferentes opções que podem viabilizar a execução do projecto PEDOP.

2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

Em geral, registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Todos os procedimentos e regras no trabalho demonstraram iniciativas visando o alcance contínuo do melhoramento no desempenho ambiental em concordância com a certificação ISO 14001:2015 da CP em Sistema de Gestão Ambiental.

A incidência da malária tende a aumentar ou diminuir em função da variação das estações do ano. Durante o período em apreço foram registados na clínica da CP casos de Malária dentre os trabalhadores do consórcio e dos provedores de serviços. Para a mitigação desta doença esta em curso um programa de vector da malária na CP e no complexo habitacional de Nhamacunda, que consiste na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem resultado na redução da população de mosquitos.

No período em apreço foram adquiridas 4600 vacinas para a covid-19, desta quantidade cerca de 1000 vacinas foram doadas ao Governo de Moçambique. A vacinação em massa esteve focada principalmente aos trabalhadores da Sasol de nacionalidade Moçambicana, provedores de serviços e pessoal contratado dos projectos de MERIC, PSA e trabalhadores dos projectos ambientais do PPA. A estatística da administração da Covid-19 mostrou um número total de registos de 2356 do grupo-alvo dentre os quais 2345 tomaram a primeira dose da vacinação, 2303 tomaram a segunda dose de vacinação e 7 ainda não foram vacinados. A terceira dose foi dada a 387 pessoas.

i. Monitoria do Desempenho Ambiental

O plano de monitoria ambiental para o período em análise foi afetado pelas restrições impostas pela COVID-19. Os trabalhos de campo realizados durante o período em análise foram:

I. Monitoria da Água Subterrânea

A monitoria de ambas água superficial e água subterrânea, teve lugar em Novembro de 2021, onde foram colhidas amostras para análise de vários parâmetros inorgânicos e conteúdo de hidrocarbonetos. De um modo geral os resultados provenientes dos pontos de amostragem revelaram que a qualidade de água nos arredores da CP é boa. As variações no conteúdo de Cloretos e do PH em alguns furos pode ser atribuída a processos geológicas naturais que afectam o aquífero. Nos próximos tempos proceder-se-á a uma monitoria rígida dos valores baixos do PH verificado em alguns pontos e investigações adicionais serão feitas para determinar outros possíveis factores que impulsionaram os desvios dos

valores do PH além das causas naturais que ocorrem no subsolo.

Não há anomalias observadas relacionadas aos poluentes de hidrocarbonetos em ambos pontos de águas superficiais e subterrâneas.

II. Monitoria do Solo

Foi adjudicada a empresa SGS Environmental o contrato para realizar a monitorização do solo dentro do perímetro da vedação da CP, bem como, nas comunidades circundantes. As amostras foram colhidas e enviadas ao laboratório em Dezembro de 2021. O relatório final foi recebido e o sumário segue abaixo:

- Os minerais, mercúrio, prata, cádmio e ruténio não foram detectados nos solos colhidos no recinto da CP.
- A concentração dos metais pesados nas amostras do solo colhidas na parte interna e externa da CP encontram-se abaixo do valor da norma alemã para a remediação dos solos.
- O teste de sais solúveis nos pontos de amostragem mostrou que o risco da salinidade afectar o crescimento das plantas é baixo (electroconductividade esta abaixo de 2,5 mmho/cm).
- Com base nas observações feitas no campo, o resultado mostrou que as actividades na CP não perigam a qualidade do solo.

III. Monitoria do Ruído

Foi indicada a consultec (Consultores Associados, Lda) para conduzir em 2021 a campanha ambiental da monitoria de ruído na CP. A mesma teve lugar em Novembro de 2021 em 20 pontos de amostragem distribuídos nas imediações da CP, na zona de protecção parcial e nas áreas residenciais em redor da CP.

O resultado da pesquisa do ruído concluiu o seguinte:

Nas imediações da CP, o ruído possui um nível de perturbação acústica, mas que se encontra dentro do limite de 70 Db (A) estabelecido pelo IFC, uma organização do Banco Mundial para o ramo industrial.

O ambiente acústico nestes pontos de monitoria tem sido influenciado pelas emissões de ruídos provenientes de compressores, geradores e incineradora. Uma vez que não existem residências no perímetro da CP, concluiu-se que não há impactos negativos gerados pelo excesso de ruído medido nesses pontos.

A zona de proteção parcial da CP sofre influência acústica proveniente das operações na planta de energia da EDM pelo facto de a infraestrutura estar localizada na vizinhança dos pontos de amostragem. No entanto, não foram identificados receptores sensíveis no perímetro da CP.

2.5.1 Projecto de Remediação do Pande-4

O objectivo deste projecto é de avaliar uma medida de remediação apropriada para o furo Pande-4, que consiste em 3 componentes:

- i. Monitoria superficial de solo, água e gás.
- ii. Monitoria da subsuperfície.
- iii. Contenções na superfície.

i. Monitoramento Superficial do Solo, Água e Gás

Tem-se efectuado de forma contínua o monitoramento ambiental como parte do projecto de remediação do Pande-4 com o objectivo de se criar uma linha de base de dados ambientais que permite perceber o comportamento do gás, solo, água, ar e a tendência da concentração dos hidrocarbonetos com o tempo. A amostragem superficial da água, solo e gás tem decorrido numa periodicidade de seis meses. Esta actividade foi realizada em Dezembro de 2021 pela empresa Gondwana GPT (GGPT). Os resultados do trabalho no Pande-4 são descritos abaixo:

- Foi feita a leitura dos limites de explosão mínimo na cratera, o resultado foi de zero em todos os pontos. O que significa que não existe nenhum perigo na atmosfera isto é não há potencial para ignição provocada pelo calor ou faíscas com hidrocarbonetos existentes no ar.
- As amostras de solo foram colhidas em posições previamente definidas nos arredores da lagoa do Pande-4, os resultados da amostragem do solo mostraram uma ligeira elevada concentração, de hidrocarbonetos em estado de vapor cuja concentração varia de 8,40 a 47,2 ppm.

ii. Monitoria da Subsuperfície

O programa adicional de monitoria à subsuperfície apoiará a operadora na percepção do estado de evolução do Pande-4 pela monitoria do seguinte: deformação das superfícies, hidrocarbonetos, migração da água salina e fluxo de pressão. Foi obtida a aprovação interna para a execução da primeira fase (o escopo do programa de monitoria à subsuperfície) e a firma Ramboll foi adjudicada para a execução deste programa de monitoramento. A Ramboll concluiu o trabalho da fase 1A bem como o relatório da interpretação da detenção de gás por via de satélite na área do Pande-4. No total os dados obtidos cobrem uma área de 170 Km², foi detectada e delineada a pluma de metano, e calculada a razão de emissão estimada em 1350 Kg/hr com uma margem de erro de aproximadamente 45%. As análises e interpretação das imagens de satélite forneceram informação valiosa para melhor contextualizar os dados existentes no campo e para a percepção das condições do local para as futuras acções de remediação. A equipa técnica está a investigar a viabilidade de instalação de um medidor de fluxo na tubagem do Pande-4.

O estudo por outro lado apurou a necessidade de se conduzir a sísmica 2D (duas dimensões) de alta resolução nos arredores do Pande-4 de forma a se obter mais informações e perceber-se a dinâmica do gás liberto e a geologia das formações na área. Assim estas opções podem ser desenvolvidas para que intervenções apropriadas possam ser implementadas para minimizar a emissão de gás e água no Pande-4. Estima-se que as linhas sísmicas 2D para o Pande -4 sejam de 21,15 Km.

iii. Infraestruturas de Contenção de fluidos no Pande-4

A decisão sobre o desenvolvimento das infraestruturas de contenção de fluídos, foi adiada para após a conclusão do escopo da primeira fase do monitoramento da subsuperfície. Para a monitoria ambiental foi adjudicado o contrato a empresa Gondwana GPT.

2.5.2 Auditorias

Durante o período em apreço foram conduzidas na CP auditorias internas e externas concernentes a Segurança, Saúde e Sistema de Gestão ambiental, nomeadamente:

- Decorreu de 13 a 17 de Setembro de 2021, uma auditoria externa cujo o principal objectivo foi de avaliar o progresso, verificar o cumprimento e eficiência das medidas provenientes das auditorias realizadas anteriormente.

- Decorreu em Novembro de 2021, uma auditoria externa de recertificação em segurança, saúde e ambiente, esta foi conduzida pela firma DQS (*German Society for the Certification of Management System*) e o objectivo da auditoria foi de verificar o cumprimento dos padrões e outros requisitos em SSA&Q (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade), tais requisitos baseados nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018. A principal constatação foi:
- O lixo reciclável é acumulado na sucataria e foi aprovado um escopo de trabalho e foi lançado um concurso relativo ao lixo reciclável.

2.6 Aspectos Legais

Durante o presente ano financeiro, entrou em vigor a Emenda ao Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos a Petromoc que prorroga o referido contrato por um período de 1 ano (12 meses), contados a partir de 1 de Julho de 2021 a 30 de Junho de 2023.

Em Dezembro de 2021, foi aberto o concurso para selecção de comprador de hidrocarbonetos líquidos por um período de dois anos (24 meses), com início a 1 de Julho de 2022 e término a 30 de Junho de 2024. A PETROMOC foi a vencedora do referido concurso por ter apresentado melhor proposta de desconto ao *brent*.

Em relação as Emendas ao GSA1&2, os Parceiros da UJV assinaram a 10^a e 8^a Emendas ao Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás (GSA1&2) à Sasol Gas, bem como a Carta-Acordo (*Letter Agreement*) que visa recuperar os custos despendidos pelos Parceiros da UJV no âmbito do Projecto PIC.

Durante o reportado período, verificaram-se situações de gás em falta no âmbito do Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás (GSA1&2), tendo sido avaliadas como situações de força maior e, prontamente, notificada a Compradora a Sasol Gas. Acrescenta-se que o Operador está a verificar se as situações de gás em falta declaradas ou não no passado, bem como as penalidades aplicáveis, nos termos do GSA1&2, foram correctamente avaliadas.

Quanto à garantia da Compradora (Sasol Gas), emitida em 2018, com duração até ao termo do Contrato, os Parceiros da UJV e a Sasol Gas emendaram a referida Garantia da Compradora emitida à favor das Vendedoras no âmbito do Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás (GSA1&2) visando eliminar ambiguidades do texto da garantia e alinhar o mesmo com os GSA1&2.

O Contrato de Venda de 2MGJ de gás à ENH continua suspenso desde 2017, pese embora a ENH tenha informado que retomaria as nomeações de gás em Abril de 2022. Contudo, nada foi materializado.

2.6.1 Alterações materiais na legislação

Na sequência do processo de regulação das instalações petrolíferas imposto pelo Decreto nº 84/2020 de 18 de Setembro, Regulamento de Licenciamento de Infra-Estruturas e Operações Petrolíferas que revogou o Diploma Ministerial 272/2009 de 30 de Dezembro, a Sasol iniciou o processo de regularização das instalações da UJV, ao abrigo deste dispositivo legal.

2.6.2 Litígios

Durante o reportado período, o Tribunal Administrativo não apreciou o recurso interposto pela Titular da Concessão Mineira contra a Operadora, requerendo a suspensão temporária das actividades mineiras imposta à Titular da Concessão Mineira pela IGREME.

O Tribunal Judicial não apreciou a acção intentada pela Titular da Concessão Mineira contra a Operadora, reclamando danos e lucros cessantes.

Quanto ao recurso interposto pela Operadora em relação à sentença do Tribunal Fiscal da Cidade de Maputo que invalidou o parecer fiscal vinculativo da Autoridade Tributária de Moçambique favorável à Operadora, o Tribunal administrativo confirmou a decisão do Tribunal Fiscal que determina que a Operadora deve pagar, anualmente, o Imposto Predial Autárquico (IPRA).

Relativamente ao litígio sobre o pagamento do subsídio de prontidão que opõe a Operadora e seus trabalhadores da CPF teve lugar a audiência de julgamento.

Durante o presente período, vinte e três (23) trabalhadores da Operadora afectos a CPF foram despedidos no âmbito de processos disciplinares, dentre os quais três (3) trabalhadores intentaram acção de impugnação de despedimento no Tribunal Judicial da Província de Inhambane.

2.7 Responsabilidade Social Empresarial

As acções de responsabilidade social voltadas para as comunidades de Pande e Temane constituem parte integral e essencial do compromisso do Consórcio (UJV) para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, para o exercício findo a 30 de Junho de 2022, o Consórcio investiu o montante total de USD 7 534 632, o que representa 10,6% acima do orçamento devido a custos adicionais envolvendo a inauguração do sistema de água de Inhassoro, reabilitação do Centro de Saúde de Mangungumete, doação de carteiras escolares em Inhassoro e restauração de uma rádio comunitária.

Durante o ano, foram implementados os seguintes projectos:

Sistema de Abastecimento de Água de Inhassoro

As obras de construção da segunda fase do Sistema de Abastecimento de Água de Inhassoro foram concluídas e inauguradas por Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique em Março de 2022, garantindo deste modo o acesso a água potável à mais de 15.000 famílias no Distrito de Inhassoro e arredores.

Apoio a emergências

O Consórcio apoiou a reabilitação de infra-estruturas danificadas por ciclones tropicais que afectaram a Província de Inhambane. No Distrito de Govuro, foram reabilitados os Centros de Saúde de Chimunda e Govuro que incluíram a construção de furos de água, bem como foi implementado um projecto complementar que envolveu a ampliação do sinal de cobertura da rádio local que tem divulgado informações quando os desastres se aproximam da área. No Distrito de Inhassoro, foram reabilitadas três salas de aula na Escola Primária de Mananisse e um Centro de Saúde localizado na comunidade de Nhapele.

Carteiras Escolares

Foi estabelecida uma parceria para apoiar o Sector da Educação e Desenvolvimento Humano no fornecimento de 1000 carteiras escolares às escolas de Govuro e Inhassoro, bem como da Beira. No período, foram entregues 200 carteiras na Escola Secundária 12 de Outubro na Beira e outras 253 carteiras foram alocadas em escolas do Distrito de Inhassoro.

Acordos de Desenvolvimento Local

Relativamente aos ADL (Acordos de Desenvolvimento Local), durante o exercício de 2022, foram alcançados os seguintes avanços de acordo com as respectivas áreas estratégicas:

Água e Saneamento: no período, concluiu-se a reabilitação de 74 fontenárias, a construção de 10 furos de água, 20 sistemas de água e 6 sanitários em Inhassoro e Govuro, bem como a formação de comités de água e fornecedores de peças.

Desenvolvimento Económico: na área do empreendedorismo, um total de 220 pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 62 anos receberam formação em empreendedorismo (dos quais surgiram 15 novos negócios), e 68 pessoas receberam formação profissional em eletricidade e canalização e ainda foi realizada uma feira de emprego no Distrito de Govuro no mês de Maio. Além disso, estão a ser envidados esforços em parceria com uma recrutadora para ajudar a colocar os graduados do Centro de Formação de Inhassoro junto de potenciais empregadores e este ano, 18 graduados conseguiram garantir posições. Na área de desenvolvimento da cadeia de valor, está ainda em curso a construção de capoeira no Distrito de Govuro com conclusão prevista para o AF23 e em Inhassoro foi identificado um parceiro para implementar o mesmo projecto; em relação às atividades agrícolas e agropecuárias, foi preparado um campo para a produção de abacaxi que beneficiará cerca de 200 pessoas, 160 produtores foram treinados para identificar potenciais mercados para horticultura, um consultor foi selecionado para iniciar a capacitação e aquisição de cabritos em Agosto e o parceiro de implementação está igualmente a interagir junto ao Governo para pulverização de caju visando melhorar a qualidade de frutas e castanhas; em artes e ofícios, 34 membros da comunidade receberam treinamento e recebem ainda assistência para encontrar um mercado favorável.

Eletricidade: Um novo parceiro de implementação foi selecionado para dar continuidade ao projecto.

Projectos autônomos: foi finalizada a implementação da componente física do plano urbano desenvolvido para o Distrito de Govuro.

Projectos de pequena escala: os sistemas de irrigação implementados nas comunidades de Chimajane, Nhacolo e Mudumane em Inhassoro foram concluídos e máquinas de moer foram entregues às comunidades de Chicuire, Mazino e Machovo em Govuro.

Paralelamente às actividades acima descritas, dada a necessidade de manutenção de projectos de anos anteriores, foram desembolsados fundos para a reabilitação do Centro de Saúde de Magungumete no Distrito de Inhassoro incluindo o sistema de água do centro de saúde e casas dos médicos, bem como para a requalificação do Campo de Futebol na Vila de Inhassoro.

3. Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

Durante o reportado período, teve lugar a auditoria semestral as contas da CMH com vista a reconciliá-las com as contas da ENH.

Relativamente ao inventário anual na CPF, a CMH foi convidada pela SPT, na qualidade de Operator, a fazer parte do referido inventário, no âmbito do JOA. Nesse sentido, dois técnicos da CMH participaram no inventário anual, no dia 15 de Junho de 2022.

Quanto à hipoteca de 25% da Central de Processamento (CPF), a CMH assinou a escritura pública de distrate da referida hipoteca, que a mesma tinha dado como colateral aquando da contracção dos empréstimos, para o financiamento da expansão do Projecto.

3.1.1 Litígios

Relativamente à processos judiciais, dois processos foram intentados por um trabalhador que foi despedido, os mesmos seguem seus trâmites legais.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente ano, no primeiro semestre verificou-se uma variação positiva do preço da acção da CMH de 2 500, 00 Meticias para 3 650, 00 Meticais e no segundo semestre verificou-se uma variação negativa da acção da CMH de 3 650 para 2 800, 00 Mt. A 30 de Junho de 2022, a CMH tinha 1 368 accionistas, dos quais 1 366 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

3.3 Recursos Humanos

Neste exercício, a CMH contava com um total de 25 colaboradores (16 do sexo masculino e 9 do sexo feminino), dos quais 90% com formação superior. Durante este período, a CMH SA contratou 4 colaboradores.

Na assembleia geral ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2021, foram eleitos dois novos membros da Assembleia Geral, nomeadamente, Manuel Pedro Mazuze para Presidente e Maria Helena Uache para Secretária.

Obrigações fiscais e contributivas

Houve cumprimento integral do pagamento das obrigações fiscais e contributivas dentro dos limites legais (IRPS, INSS, IPA, Seguro de Trabalho, Previdência Complementar).

Plano de saúde

A partir de 1 de julho de 2021, a assistência médica aos funcionários está coberta por um seguro de saúde.

Relativamente à implementação das medidas de prevenção da COVID-19, de forma a continuar a reduzir o risco de propagação da COVID-19 no local de trabalho, a CMH continua a desenvolver esforços no combate e prevenção desta pandemia, sendo realizada semanalmente a desinfeção. Aconteceu o processo de vacinação contra o COVID-19, onde as pessoas foram vacinadas.

Plano Anual de Treinamento

No plano de formação para o ano fiscal 2021/2022, estavam previstas actividades, contudo algumas não se realizaram devido à situação da pandemia Covid 19.

Regulamentos internos

No processo de revisão dos regulamentos e procedimentos internos, a SRH preparou algumas propostas para diversos documentos que estão sendo analisados internamente.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

Durante o exercício de 2022, a CMH continua a investir de forma autónoma em projectos sociais junto as comunidades.

No exercício findo a 30 de Junho de 2022, foi desembolsado o montante total de USD 324 754 na implementação dos seguintes projectos sociais:

Reabilitação da Escola Primária Completa de Magunze

No período, as obras de construção da EPC de Magunze foram concluídas e provisoriamente entregues ao Governo local em Novembro de 2022, dando-se início ao período de garantia de 12 meses. As obras consistiram na construção de 10 salas de aula, bloco administrativo, sanitários, sistema de abastecimento de água fotovoltaico e eletrificação, beneficiando cerca de 500 crianças.

Projecto de Cultivo de Repolho e Piripiri

Foram concluídas e provisoriamente entregues em Novembro de 2022 as obras referentes ao projecto de cultivo de repolho e piri-piri no Distrito de Marracuene na Província de Maputo, que consistiram na construção de um furo de água, instalação de tanque aéreo e de bomba submersível, montagem de sistema de irrigação, preparação dos solos plantio e formação, visando gerar renda para cerca de 120 crianças acolhidas pelo Centro Comunitário Sonho Real.

Construção do Sistema de Abastecimento de Água da Vila de Metangula

As obras de construção da 1ª fase do sistema de abastecimento de água de Metangula, que abrangera numa primeira fase 5 bairros, foram concluídas e entregues ao Conselho Municipal e a população já se beneficia da água canalizada. Adicionalmente, a CMH custeou as despesas de aquisição de um transformador de energia elétrica (PT) e diverso material elétrico necessário para o funcionamento do sistema que beneficiará cerca de 10.000 munícipes.

V Fase do Projecto de Expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural a Norte de Inhambane

No exercício de 2022, foi submetido o relatório final das actividades da 5ª fase do projecto de distribuição de gás natural a norte de Inhambane. Os trabalhos consistiram em 3 etapas, nomeadamente: construção da rede, montagem de estruturas internas e contadores e configuração dos contadores e transformação de fogões. Este projecto permitiu a canalização de gás natural doméstico um total de 450 famílias nos distritos de Vilanculos (230), Govuro (70) e Inhassoro (150) numa extensão de cerca de 30.000 metros de rede e ramais.

Adicionalmente, foi celebrado um contrato de patrocínio com a ENH para a implementação de ações corretivas na rede existente na sequência do estudo de integridade da rede realizado durante o AF22. Espera-se que as obras de reabilitação sejam concluídas durante o AF23.

Resposta a Desastres

Em resposta a emergência que se vive na Província de Cabo Delgado desde 2017 resultante do extremismo violento, a CMH demonstrou a sua solidariedade através da doação monetária ao Governo Executivo da Província de Cabo Delgado no valor de MZN 4.500.000,00 (Quatro Milhões e Quinhentos Mil Meticais) para ajudar a operacionalização das ações previstas no Programa de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), concretamente na reabilitação de infraestruturas escolares.

Ainda neste contexto, a CMH doou diverso material de escritório ao INGD – Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres.

Apoio ao Desporto

No âmbito do desporto, a CMH patrocinou a realização da Reunião Nacional de Reflexão sobre Desporto promovida pelo INDE – Instituto Nacional do Desporto e, adquiriu diverso material e equipamento desportivo (bolas, apitos, mecos, sapatilhas e equipamento completo) para apoiar a participação de cerca de 60 alunos da Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba no campeonato de andebol da Cidade de Maputo.

Acções de solidariedade

Por ocasião a passagem do Dia da Criança, a CMH organizou um almoço para cerca de 100 crianças do Bairro da Polana Caniço “A” bem como, ofertou kits de material escolar.

Responsabilidade Social Interna

Foram comemoradas internamente as efemérides do Dia da Mulher Moçambicana, do Dia do Trabalhador e do Dia da Criança. Na quadra festiva, foram entregues cabazes e vouchers de supermercado aos colaboradores e pessoal de apoio.

Patrocínios

No âmbito dos patrocínios, a CMH financiou a produção do programa televisivo sobre cidadania e participação democrática intitulado Casa do Povo; custeou as despesas de publicação do livro de Memórias dos Veteranos da Luta de Libertação Nacional do Arquivo do Património Cultural (ARPAC); adquiriu diversos instrumentos musicais para o projecto Timbila & Mapiko Orquestra, e patrocinou a edição 2022 do Ngoma Moçambique.

3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 29 de Setembro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados os seguintes assuntos:

- O Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2021;
- A distribuição de 75% dos lucros e 25% dos lucros por acumular;
- A reeleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como a eleição de um novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e uma Secretária da Mesa da Assembleia, a reeleição de uma Secretária da Mesa da Assembleia.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), para o ano findo a 30 de Junho de 2021.

3.8 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2022	2021
Equilíbrio Financeiro		
Liquidez Geral	8.51	15.73
Rácios económicos		
Rentabilidade do capital próprio	16%	6%
Rentabilidade do activo	10%	4%

3.9 Investimento de curto prazo

3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul e esta render juros razoáveis.

3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juros razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em depósitos a curto prazo.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2022 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

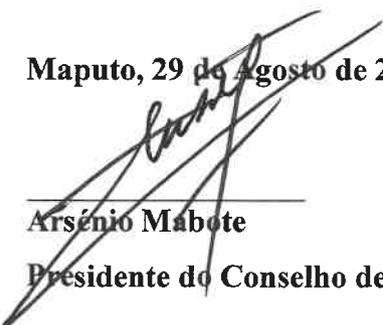
Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Agosto de 2022 e vão assinadas em seu nome por:

Maputo, 29 de Agosto de 2022



Arsénio Mabote

Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, N° 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“a Empresa”), constantes das páginas 44 a 89 que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2022, e as demonstrações de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da empresa de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável a nossa opinião.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de activos de exploração e avaliação e central de processamento

Por favor, consulte as políticas contabilísticas nas notas 3.5 e 3.8, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 11 das demonstrações financeiras.

<i>Matéria Relevante de Auditoria</i>	<i>Como foi abordada a matéria na nossa auditoria</i>
<p>Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a central de processamento (CPF) constituem uma porção significativa da propriedade, instalações e equipamento, sendo 137 milhões de Dólares Norte-Americanos do total do saldo de propriedades, instalações e equipamento de 184 milhões de Dólares Norte-Americanos.</p> <p>As propriedades, instalações e equipamento devem ser avaliadas anualmente quanto à indicadores de imparidade e, devido à natureza da classe de activos, isto envolve um grau de julgamento significativo.</p> <p>A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante na auditoria das demonstrações financeiras devido à incerteza inerente, julgamentos significativos, pressupostos e estimativas aplicadas que incluem estimativas das reservas minerais remanescentes, preços de petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro futuras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliámos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos por razões de razoabilidade. • Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que as suas avaliações de imparidade foram devidamente realizadas e revistas. • Utilizámos o trabalho de estimativa das reservas minerais internas e externas da gestão para avaliar as reservas minerais remanescentes. • Avaliámos a competência, objectividade e independência do perito da gestão. • Desafiámos os pressupostos dos peritos da gestão e avaliámos a adequação do trabalho realizado, considerando a extensão da influência da direcção sobre eles e avaliando as suas qualificações e experiência profissionais. • Testámos a razoabilidade dos preços do petróleo e do gás verificando em relação a fontes independentes. Avaliámos também a adequação do factor de desconto aplicado em termos das taxas de juro prevalecentes e futuras em relação a fontes independentes. • Comparámos orçamentos anteriores com resultados reais para avaliar a precisão do processo de orçamentação. Também avaliámos os orçamentos do ano corrente e os inputs para a razoabilidade. • Considerámos a estimativa de vida útil da gestão tendo em conta as estimativas de reservas mineiras remanescentes comprovadas, determinadas por especialistas em estimativas de reservas minerais, a capacidade de produção anual e a licença de exploração aprovada da Empresa. Considerámos também a adequação das divulgações da Empresa relativamente às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em comparação com os requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

Provisão para abandono e reabilitação do local

Por favor, consulte a política contabilística na nota 3.7, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 19 das demonstrações financeiras.

<i>Matéria Relevante de Auditoria</i>	<i>Como foi abordada a matéria na nossa auditoria</i>
<p>A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final da vida útil do projecto, de acordo com o Contrato de Produção Petrolífera assinado. É reconhecida uma provisão de 71.5 milhões de Dólares Norte-Americanos relativa aos custos estimados para encerrar e reabilitar o local.</p> <p>O cálculo dessas provisões exige julgamento da gestão para estimar os custos futuros, tendo em conta a natureza exclusiva de cada local e as possíveis obrigações associadas. Esses cálculos são igualmente descontados para determinar o valor presente dos custos de reabilitação do local.</p> <p>A restauração e reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido actividade limitada de restauração e reabilitação para comparar as estimativas de custos futuros, e mudanças nas leis e regulamentos locais.</p> <p>A abordagem esperada pela gestão para restauração e reabilitação poderia ter um impacto material no valor da provisão reconhecida. O julgamento significativo envolvido na determinação da provisão resultou numa matéria relevante de auditoria, especificamente relacionada aos pressupostos significativos feitos que incluem o momento da reabilitação do local, as taxas de inflação e de desconto aplicadas na determinação do valor presente da reabilitação do local.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizámos incluíram o seguinte::</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliámos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais. • Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que a provisão é devidamente calculada e revista. • Utilizámos o trabalho dos peritos internos e externos da gestão para avaliar a provisão de abandono do local e reabilitação. Avaliámos a competência, objectividade e independência dos peritos da gestão. • Desafiámos os pressupostos dos peritos da gestão e avaliámos a adequação do trabalho realizado, considerando a extensão da influência da gestão sobre eles e avaliando as suas qualificações e experiência profissionais. • Avaliámos a razoabilidade dos cálculos dos custos futuros de reabilitação e o momento em que esses custos são necessários, através do recálculo do valor líquido presente calculado pela gestão. Avaliámos igualmente a adequação da taxa de desconto e taxa de inflação aplicadas comparando a dados de terceiros e normas da indústria. . • Verificámos a razoabilidade matemática dos cálculos do valor líquido presente. • Consideramos igualmente a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão de abandono e reabilitação nas demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro aplicáveis.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende toda a informação no documento titulado Relatório Anual e Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 30 de Junho de 2022, mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se doutra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se pode razoavelmente esperar que influenciem as t decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.

- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

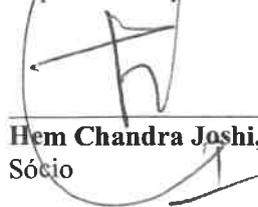
Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas esperadas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de tal comunicação.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:



Hem Chandra Joshi, OCAM n° 57/CA/OCAM/2014
Sócio

1 de Setembro de 2022

VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo em 30 de Junho de 2022

(Montantes em USD)	Nota	2022	2021
Rédito	6	98 513 195	65 392 787
Custo de vendas	7	(38 580 445)	(39 777 650)
Lucro bruto		59 932 750	25 615 137
Custos administrativos	7.1	(6 713 156)	(6 754 795)
Outro rendimento		47 827	37 025
		53 267 421	18 897 367
Rendimentos/(custos) financeiros líquidos	8	801 940	(653 832)
Rendimento financeiro		4 921 901	3 299 050
Custo financeiro		(4 119 961)	(3 952 882)
Lucro antes do imposto		54 069 361	18 243 535
Imposto sobre o rendimento	9	(16 781 312)	(6 426 277)
Lucro do exercício		37 288 049	11 817 258
Outro rendimento integral			
<i>Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos</i>			
Remensuração do activo de benefício definido, líquido de imposto	23(b)	(364 572)	(406 331)
Total do rendimento integral		36 923 477	11 410 927
Resultados por acção			
Básicos	10.1	6.28	1.99
Diluídos	10.1	6.28	1.99

VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2022

(Montantes em USD)	Notas	2022	2021
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Propriedade, instalações e equipamento	11	184 103 614	168 530 472
Activos intangíveis	12	4 543 479	5 192 826
Activos líquidos de benefício definido	23	7 935	444 488
Activos não correntes		188 655 028	174 167 786
Activos correntes			
Inventários	13	1 102 707	990 332
Clientes e outras contas a receber	14	16 533 154	10 264 787
Imposto sobre o rendimento corrente a receber	9.4	-	3 298 784
Caixa e equivalentes de caixa	15	154 556 309	132 215 938
Activos correntes		172 192 170	146 769 841
Total de activos		360 847 198	320 937 627
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	18	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		187 265 079	158 899 796
Total de capital próprio		231 905 880	203 540 597
PASSIVOS			
Passivos não correntes			
Provisões	19	67 266 699	62 764 546
Outras contas a pagar	20	110 252	41 802
Passivo por imposto diferido	9.3	41 335 090	45 261 002
Passivos não correntes		108 712 041	108 067 350
Passivos correntes			
Provisões	19	4 272 873	3 012 287
Fornecedores e outras contas a pagar	20	8 766 072	6 292 346
Contas a pagar entre empresas do grupo	21	431 193	25 047
Passivo por imposto sobre o rendimento corrente	9.4	6 759 139	-
Passivos correntes		20 229 277	9 329 680
Total de passivos		128 941 318	117 397 030
Total do capital próprio e dos passivos		360 847 198	320 937 627

VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo em 30 de Junho de 2022

(Montante em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
Saldo em 1 de Julho de 2020	25 286 649	5 057 330	14 296 822	166 067 087	210 707 888
Lucro do exercício	-	-	-	11 817 258	11 817 258
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(406 331)	(406 331)
<i>Transacções com os Accionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	(18 578 217)	(18 578 217)
Saldo em 30 de Junho de 2021	25 286 649	5 057 330	14 296 822	158 899 796	203 540 598
Lucro do exercício	-	-	-	37 288 049	37 288 049
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(364 572)	(364 572)
<i>Transacções com os Accionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	(8 558 195)	(8 558 195)
Saldo em 30 de Junho de 2022	25 286 649	5 057 330	14 296 822	187 265 079	231 905 880

IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2022

(Montantes em USD)	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Lucro do exercício		37 288 049	11 817 258
<i>Ajustamentos para:</i>			
Depreciação e amortização	7	15 709 682	25 816 850
Prejuízos cambiais não realizados		1 222 946	(407 099)
Rendimento financeiro	8	(4 617 480)	(1 145 453)
Custo financeiro	8	1 894 692	1 748 493
Imposto sobre o rendimento	9	16 781 312	6 426 277
		<u>68 279 201</u>	<u>44 256 326</u>
<i>Variações em:</i>			
Contas a pagar entre empresas do grupo		406 146	13 658
Clientes e outras contas a receber		(6 268 367)	(234 552)
Inventários		(112 375)	(59 197)
Benefícios dos empregados		71 981	381 776
Fornecedores e outras contas a pagar		2 542 176	1 702 795
Caixa gerado das actividades operacionais		<u>64 918 762</u>	<u>46 060 806</u>
Imposto sobre o rendimento pago	9	(10 649 301)	(24 456 124)
Juros pagos		-	(6 040)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<u>54 269 461</u>	<u>21 598 642</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Juros recebidos	8	1 357 254	1 145 453
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento	11	(24 712 400)	(5 965 137)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<u>(23 355 146)</u>	<u>(4 819 684)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(8 558 194)	(18 578 217)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		<u>(8 558 194)</u>	<u>(18 578 217)</u>
Aumento / (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa		22 356 121	(1 799 259)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		132 215 938	134 037 852
Efeitos dos movimentos cambiais em caixa detido		(15 750)	(22 655)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	<u>154 556 309</u>	<u>132 215 938</u>

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade Relatora

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe *Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH)*, que detém 70% das acções da empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A empresa foi nomeada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), realizar as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o réditio é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de venda dos direitos de concessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;

- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Base contabilística e conformidade com as NIRF

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF) com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

À data de aprovação das demonstrações financeiras da empresa do exercício findo em 30 de Junho de 2022, foram emitidas as seguintes Normas e Interpretações, mas que ainda não estão em vigor:

Em vigor para o exercício financeiro com início em 1 de Janeiro de 2023

- NIRF 17 Contratos de Seguros
- Classificação de passivos como correntes ou não correntes (Emendas à NIC 1)
- Emendas à NIRF 17
- Definição de estimativas contabilísticas (Emenda à NIC 8)
- Iniciativa de Divulgação: Políticas contabilísticas (NIC 1 e Emenda à Declaração de Práticas NIRF 2)
- Imposto Diferido Relacionado com Activos e Passivos Resultantes de uma Única Transacção (Emenda a NIC 12)
- Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e o seu Associado ou Empreendimento Conjunto (Emendas à NIRF 10 e NIC 28)

Todas as Normas e Interpretações relevantes serão adoptadas na data da sua entrada em vigor. Segue-se o resumo das normas relevantes e o seu impacto financeiro esperado na empresa;

Classificação de passivos como correntes ou não correntes (Emendas à NIC 1)

Segundo os requisitos da NIC 1 existentes, as empresas classificam um passivo como corrente quando não têm um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o final do período de relato. Como parte das suas emendas, o Conselho de Administração eliminou o requisito de um direito a ser incondicional e, em vez disso, exige agora que o direito a diferir a liquidação tenha substância e exista no final do período do relato. Há orientações limitadas sobre como determinar se um direito tem substância e a avaliação pode exigir que a Gestão exerça um julgamento interpretativo.

O requisito existente de ignorar as intenções ou expectativas da Gestão para a liquidação de um passivo ao determinar a sua classificação mantém-se inalterado. As emendas devem ser aplicadas retrospectivamente a partir da data de entrada em vigor. Não se espera um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, devido a adopção destas emendas.

Definição de estimativas contabilísticas (Emendas à NIC 8)

A distinção entre políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas é importante porque as alterações nas políticas contabilísticas são geralmente aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospectivamente.

As emendas à NIC 8 centram-se inteiramente nas estimativas contabilísticas e esclarecem o seguinte:

- A definição de uma alteração nas estimativas contabilísticas é substituída por uma definição de estimativas contabilísticas.
- Segundo a nova definição, as estimativas contabilísticas são "montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos a incerteza de mensuração".
- As entidades desenvolvem estimativas contabilísticas se as políticas contabilísticas exigirem que os itens nas demonstrações financeiras sejam mensurados de uma forma que envolva incerteza de mensuração.
- O Conselho esclareceu que uma alteração na estimativa contabilística que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correcção de um erro. Além disso, os efeitos de uma alteração numa entrada ou numa técnica de medição utilizada para desenvolver uma estimativa contabilística são alterações nas estimativas contabilísticas se não resultarem da correcção de erros de períodos anteriores.
- Uma alteração numa estimativa contabilística pode afectar apenas o lucro ou perda do período corrente, ou o lucro ou perda tanto do período corrente como de períodos futuros. O efeito da alteração relacionada com o período corrente é reconhecido como rendimento ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como rendimento ou despesa nesses períodos futuros. Os efeitos das alterações nos *inputs* e/ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas. A definição das políticas contabilísticas permanece inalterada. As alterações são efectivas para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e aplicar-se-ão prospectivamente a alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas que ocorram em ou após o início do primeiro período de relato anual em que a empresa aplica as alterações. Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que não existem estimativas significativas e o processo de estimativa da empresa está em conformidade com as emendas.

Iniciativa de Divulgação: Políticas contabilísticas (Emendas à NIC 1 e à Declaração de Práticas NIRF 2)

Tornar a informação nas demonstrações financeiras mais relevante e menos desorganizada tem sido uma das principais áreas de enfoque do Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (o Comité).

O Comité emitiu emendas à NIC 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras* e uma actualização à Declaração de Práticas NIRF 2 *Efectuar Julgamentos de Materialidade* para ajudar as empresas a fornecerem divulgações úteis de políticas contabilísticas. As emendas fundamentais à NIC 1 incluem:

- exigir que as empresas divulguem as suas políticas contabilísticas materiais em vez das suas políticas contabilísticas significativas;
 - vários parágrafos são acrescentados para explicar como uma entidade pode identificar a informação material da política contabilística e para dar exemplos de quando é provável que a informação da política contabilística seja material;
 - esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transacções imateriais, outros eventos ou condições são em si imateriais e, como tal, não precisam de ser divulgadas;
 - esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transacções, outros eventos ou condições materiais são em si mesmas materiais para as demonstrações financeiras de uma empresa;
 - a informação da política contabilística pode ser material devido à sua natureza, mesmo que os montantes relacionados sejam imateriais;
 - a informação da política contabilística é material se os usuários das demonstrações financeiras de uma entidade precisarem dela para compreender outras informações materiais nas demonstrações financeiras; e
- as emendas esclarecem que se uma entidade divulgar informações imateriais de política contabilística, tais informações não devem ocultar informações materiais de política contabilística.

O Comité alterou igualmente a Declaração 2 das Práticas da NIRF 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais sobre a aplicação da materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. As emendas são consistentes com a definição refinada de material.

Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa devido à aplicação destas emendas. As emendas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2023, mas podem ser aplicadas antecipadamente.

Imposto Diferido Relacionado com Activos e Passivos Resultantes de uma Única Transacção (Emenda à NIC 12)

A emenda esclarece que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transacções que dêem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, tais como locações e obrigações de desmantelamento. Como resultado, as empresas terão de reconhecer um activo por imposto diferido e um passivo por imposto diferido para diferenças temporárias que surjam no reconhecimento inicial de uma locação e de uma provisão para desmantelamento.

Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa devido à aplicação destas emendas.

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Operações Conjuntas

Conforme mencionado na nota 1, a Entidade é parte da operação conjunta com 25% de interesse participativo. As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a locação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e réditos das operações.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significativa) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

Classificação e mensuração

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Activos financeiros escriturados ao custo amortizado

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Os com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber" (resultantes de transacções no âmbito da NIRF 15) e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela provisão para perdas de crédito esperadas. Os rendimentos financeiros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, a entidade considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenda a essa condição. A entidade aplicou abordagem simplificada e utilizou matriz de imparidade para o cálculo da mesma referente as suas contas a receber contabilizados ao custo amortizado, uma vez que não compreendem nenhum componente financeiro significativo. O modelo de perda de crédito esperada envolve uma abordagem de três estágios em que os activos financeiros passam pelos três estágios à medida que sua qualidade de crédito muda.

a Entidade determina como mensura as perdas por redução ao valor recuperável e aplica o método de juros efectivos. Uma abordagem simplificada é permitida para activos financeiros que não possuem um componente de financiamento significativo (por exemplo, contas a receber de clientes). Para mensurar a perda de crédito esperada, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhado e nos dias de atraso.

Desreconhecimento

Activos financeiros

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a entidade tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Propriedade, instalações e equipamento

Reconhecimento e mensuração

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) da propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação das receitas de venda com quantia escriturada dos itens de Propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas.

O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos indirectos que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades provadas são capitalizados como activos minerais no activo imobilizado na data do comissionamento. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

O Custo de desenvolvimento capitalizado é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

Para os outros activos, as depreciações são reconhecidas em lucros e perdas numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de Propriedade, instalações e equipamento. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- Veículos automóveis	4 - 5 anos
- Equipamento	4 – 10 anos
- Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Activos de exploração e avaliação

O método dos esforços bem-sucedidos é utilizado para prestar contas das actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, conforme incorridos após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extração de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou prejuízos, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais na da propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas são mensuradas ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subsequentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. A empresa revê o método, período do consumo do activo e quantia escriturada do activo intangível em cada data de relato. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000 que expirará em 2034. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear até 2029.

Custos subsequentes

A despesa subsequente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada, é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e acções judiciais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal presente ou construtiva como resultado de eventos passados; é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação; e o montante pode ser estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local é reconhecida como e quando surge a responsabilidade ambiental.

Quando uma obrigação de abandono e ambiental resulta de actividades de desenvolvimento de minas, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação resulta das actividades de produção de minas, os custos são capitalizados. As provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos, reflectindo as taxas de mercado actuais e os riscos específicos do passivo. As alterações às provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do activo associado são adicionadas ou deduzidas ao quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.8. Imparidade dos Activos

A Empresa reconhece as provisões para Perdas de Crédito Esperadas sobre activos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A empresa calcula as perdas de crédito esperadas ao longo da vida para todas as contas a receber sem uma componente de financiamento significativa. Para todos os outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a entidade usa a abordagem geral para determinar as perdas de crédito esperadas e avalia se o aumento no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é significativo ou não.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 30 dias.

Definição de incumprimento:

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para acções como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juro efectiva do activo financeiro.

Activos financeiros com imparidade

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro sofre uma "imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- é provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perda de crédito esperada na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados ao custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

Abate

A quantia bruta escriturada de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ao activo poderiam ainda estar sujeitos a actividades de aplicação, a fim de cumprir os procedimentos da Empresa para a recuperação dos montantes devidos.

Activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, para além dos inventários, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. A empresa classifica o activo de exploração e avaliação e a Unidade Central de Processamento (CPF) CPF como uma Unidade Geradora d Caixa (UGC).

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes das dos outros activos, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, excepto na medida em que o imposto resulte de uma transacção ou evento que seja reconhecido, no mesmo período ou num período diferente, fora dos lucros ou prejuízos, quer em outro rendimento integral, quer directamente no capital próprio.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e a respectiva base de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os direitos de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus direitos e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos empregados

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

Plano de contribuição definida

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o justo valor de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outro Rendimento Integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

Benefícios a curto prazo

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

3.11. Inventários

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo dos líquidos de gás natural é determinado utilizando o método de avaliação primeiro a entrar primeiro a sair (*first-in-first-out - FIFO*) enquanto o custo do processo, manutenção e outros materiais é determinado utilizando o preço de custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio, menos o custo de conclusão e as despesas de venda.

3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito é mensurado com base em considerações específicas nos contratos com o cliente. A empresa reconhece o rédito a partir do momento em que os bens são entregues e aceites pelo cliente. No âmbito dos contratos não existem obrigações cumpridas fora do prazo.

O rédito é o valor da contraprestação que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido livre dos direitos de uso (*royalties*) pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CPF.

O rédito é apresentado líquido de royalties. Os *royalties* são impostos ao petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base fiscal para os royalties é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas em resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou negligência. Os royalties são cobrados a 5% do valor do gás natural, condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e processamento. A empresa paga royalties através do operador, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas.

3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais conjuntas.

3.14. Dividendos

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos. Consequentemente, a empresa considera que o montante de dividendos pagos, conforme aprovado pelos accionistas, deve ser deduzido dos resultados transitados.

3.15. Rendimentos e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem acrescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como rendimento financeiro ou custos financeiros.

3.16. Resultados por acção

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas como julgamentos e premissas significativos estão envolvidos na avaliação das reservas minerais remanescentes, preços de petróleo e gás no mercado internacional, taxas de juros futuras e a base do processo de orçamentação e estimativas de custos futuros para diferentes projectos de reabilitação em vista das obrigações relevantes. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos:

- na mensuração da vida útil da Propriedade, instalações e equipamento (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação da Propriedade, instalações e equipamento,
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local;

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 11 - Mensuração da Propriedade, instalações e equipamentos: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 19 - Reconhecimento e mensuração da provisão para abandono e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

Mensuração do justo valor

Uma série de políticas e divulgações contabilísticas da Empresa requerem a mensuração de justos valores, tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros.

A Empresa possui uma estrutura de controlo estabelecida relativamente à mensuração dos justos valores. A entidade reguladora analisa os dados não observáveis e os ajustamentos de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, forem utilizadas para mensurar justos valores, então a equipa de avaliação avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificado na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativo para a mensuração.

5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

6. Rédito

	2022 USD	2021 USD
Gás Natural	94 705 415	63 790 677
Condensado	3 807 780	1 602 110
	<u>98 513 195</u>	<u>65 392 787</u>

7. Custo de venda

	Nota	2022 USD	2021 USD
Salário e custos relacionados (a)		2 049 559	2 056 666
Contribuição para o Instituto Nacional de Segurança Social		63 028	55 900
Custos operacionais - Operações conjuntas (b)		20 758 176	11 848 234
Custos de depreciação e amortização (c)	11 & 12	15 709 682	25 816 850
		<u>38 580 445</u>	<u>39 777 650</u>

(a) Refere-se à participação da empresa nos custos relativos aos colaboradores no campo de gás e CPF.

(b) Refere à participação da empresa nos custos operacionais incorridos nas operações conjuntas pelo operador. O valor inclui custos de engenharia, custos de manutenção, custos relacionados com funcionários e despesas de rotina no campo de gás e CPF.

(c) A depreciação é calculada com base nas reservas estimadas remanescentes. Em 30 de Junho de 2022, as operações conjuntas possuíam 924,70 Bscf (bilhões de pés cúbicos padrão) de gás. A diminuição da depreciação do ano deve-se ao aumento das reservas, resultante da conclusão de investimentos realizados nas perfurações de furos adicionais e implantação dos projectos de compressão.

7.1 Custos administrativos

	2022 USD	2021 USD
Fornecimentos e serviços	2 319 089	1 474 767
Honorários de auditoria	67 474	33 492
Taxa de consultoria	834 873	723 260
Programa de desenvolvimento social	649 136	660 123
Outros custos (a)	767 606	57 842
Custos com pessoal	4 394 067	5 280 028
Remuneração dos empregados	3 383 102	3 872 853
Remuneração dos Administradores	512 721	621 137
Segurança social	115 315	90 987
Formação	94 584	15 941
Segurança Social Complementar	288 345	679 110
	<u>6 713 156</u>	<u>6 754 795</u>

(a) Outras despesas incluem comunicação, material de escritório, manutenção e reparação de activos não produtivos.

8. Rendimento/(custo) financeiro líquido

	Nota	2022 USD	2021 USD
Rendimento financeiro		4 921 901	3 299 050
Juros		4 617 480	1 145 453
Ganhos cambiais		304 421	2 153 597
Custo financeiro		(4 119 961)	(3 952 882)
Juro nocional sobre o efeito das disposições ambientais	19	(1 894 692)	(1 748 493)
Perdas cambiais		(2 214 452)	(2 198 350)
Despesas bancárias		(7 817)	(6 039)
Rendimento (custo) financeiro líquido		801 940	(653 832)

Receitas de juros referem-se aos depósitos a taxa fixa nas contas *onshore* e *offshore*. Neste ano mais fundos foram mantidos nas contas de depósitos fixos, o que resultou em maiores rendimentos de juros.

9. Imposto Sobre o Rendimento

	2022 USD		2021 USD
9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos			
Imposto corrente			
Exercício corrente	20 707 224		13 079 677
Imposto diferido			
Origem e reversão de diferenças temporárias ¹	(3 925 912)		(6 653 400)
	16 781 312		6 426 277
9.2 Reconciliação da taxa efectiva			
Lucros antes do imposto	54 069 361		18 243 535
Imposto usado de acordo com a taxa da empresa	32% 17 302 196	32%	5 837 931
Despesas não dedutíveis (9.2 a)	0.84% 456 241	0.35%	65 099
Depreciações não dedutíveis (9.2 b)	(1.84%) (977 125)	2.86%	523 247
	31.0% 16 781 312	35.21%	6 426 277

De acordo com as demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 30 de Junho de 2021, a reconciliação da alíquota efectiva de imposto mencionou erroneamente a alíquota efectiva de imposto como 71%, que foi informada correctamente como 35,21% nos comparativos das demonstrações financeiras auditadas do ano actual. A alíquota errada de 71% foi calculada devido a um erro em que apenas a despesa de imposto sobre rendimento corrente foi considerada na reconciliação e não a despesa total de imposto sobre rendimento .

(9.2a) Refere-se a custos de veículos ligeiros de passageiros, despesa de representação, imposto por conta de outrem e diferenças de câmbio não realizadas.

(9.2b) A depreciação refere-se a limitação dos montantes aceites em conformidade com a lei fiscal.

9.3 Passivo por imposto diferido

2022	Saldo líquido 30 de Junho 2022	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2021
Propriedade, instalações e equipamento	40 390 351	(3 090 287)	43 480 638
Activos intangíveis	1 453 913	(207 702)	1 661 615
Ganhoscambiais não realizados	(509 174)	(627 923)	118 749
	41 335 090	(3 925 912)	45 261 002
2021	Saldo líquido 30 de Junho 2021	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2020

¹ A variação refere a diferenças temporárias originadas pela propriedade, instalações e equipamento, ganhos e perdas de diferenças de câmbios não realizadas e por activos intangíveis (direitos de concessão).

Propriedade, instalações e equipamento	43 480 638	(6 038 599)	49 519 237
Activos intangíveis	1 661 615	(207 702)	1 869 317
Ganhos cambiais não realizados	118 749	(407 099)	525 848
	45 261 002	(6 653 400)	51 914 402
9.4 Imposto sobre o rendimento (a receber) / a pagar			
Saldo inicial	(3 298 784)		8 077 663
Pagamento durante o exercício	(10 649 301)		(24 456 124)
Imposto corrente	20 707 224		13 079 677
Saldo de fecho	6 759 139		(3 298 784)

As autoridades tributárias em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às Autoridades Tributária permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas Autoridades Tributária.

Na nota 9.4, o saldo final a pagar de USD 6 759 139 é alcançado após o ajustamento do montante de USD 3 298 784 cujo reembolso foi solicitado às autoridades tributárias.

10. Resultados por acção e dividendos por acção

10.1 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 37 288 049 (2021: USD 11 817 258) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2021: 5 934 115).

Os Resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluítivos à data de relato.

A reconciliação da quantidade de acções não é necessária, uma vez que não houve mudança nos números de base. O resultado por acção é USD 6.28 (2021: USD 1.99).

10.2 Dividendos por acção

O dividendo por por acção ascende a USD 1.44 (2021: USD 3.13).

11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios	Veículos e Equipamento	Activos de Mineração e CPF	Investimento em curso	Total
	USD	USD	USD	USD	USD
Custo					
Saldo em 1 de Julho de 2020	2 024 101	951 479	336 255 235	34 885 271	374 116 086
Adições	-	279 091	61 017	5 625 029	5 965 137
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	(14 765 957)	-	(14 765 957)
Alienação	-	221 119	(442 237)	160 308	(60 810)
Saldo em 30 de Junho de 2021	2 024 101	1 451 689	321 108 058	40 670 608	365 254 456
Saldo em 1 de Julho de 2021	2 024 101	1 451 689	321 108 058	40 670 608	365 254 456
Adições	-	344 911	397 663	23 969 826	24 712 400
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	5 921 077	-	5 921 077
Alienação / Transferência	-	(374 020)	(31 822 988)	-	(32 197 008)
Transferências	9 108	(9 108)	19 587 444	(19 587 444)	-
Saldo em 30 de Junho de 2022	2 033 209	1 413 472	315 191 254	45 052 990	363 690 925
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2020	364 460	701 181	170 552 059	-	171 617 700
Depreciação do exercício	40 664	379 177	24 747 253	-	25 167 144
Alienações	-	(60 810)	-	-	(60 810)
Saldo em 30 de Junho de 2021	405 124	1 019 548	195 299 312	-	196 723 984
Saldo em 1 de Julho de 2021	405 124	1 019 548	195 299 312	-	196 723 984
Depreciação do exercício	40 664	348 993	14 670 678	-	15 060 335
Alienação	-	(374 020)	(31 822 988)	-	(32 197 008)
Saldo em 30 de Junho de 2022	445 788	994 521	178 147 002	-	179 587 311
Quantia escriturada					
Em 1 de Julho de 2020	1 659 641	250 298	165 703 176	34 885 271	202 498 386
Em 1 de Julho de 2021	1 618 977	432 141	125 808 746	40 670 608	168 530 472
Em 30 de Junho de 2022	1 587 421	418 951	137 044 252	45 052 990	184 103 614

(a) Representa um aumento na estimativa dos custos de encerramento e reabilitação do local.

O aumento e diminuição do activo de restauração e reabilitação do local não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CP compreendem 25% da despesa de capital da operação conjunta, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CP.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação e CP, incluindo:

11. Propriedade, instalações e equipamento (continuação)

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxas de juros futuras; e
- Base do processo orçamentário

O ajustamento no custo de abandono e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

12. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2020	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	<u>19 234 335</u>
Em 1 de Julho de 2021	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2022	<u>19 234 335</u>
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2020	13 391 773
Amortização do exercício	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2021	<u>14 041 509</u>
Em 1 de Julho de 2021	14 041 509
Amortização do exercício	649 347
Saldo em 30 de Junho de 2022	<u>14 690 856</u>
Quantia escriturada	
Em 1 de Julho de 2020	5 842 562
Em 1 de Julho de 2021	<u>5 192 826</u>
Em 30 de Junho de 2022	<u>4 543 479</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela empresa-mãe ENH para o projecto de gás (campos de Pande e Temane). Inicialmente os direitos de concessão estavam em nome da ENH que foram transferidos para a CMH aquando da sua constituição e estes custos estão a ser amortizados ao longo da vigência da concessão.

13. Inventário

	2022 USD	2021 USD
Materiais de manutenção	1 102 707	990 332
	1 102 707	990 332

14. Clientes e outras contas a receber

	2022 USD	2021 USD
Juro sobre activos correntes de Operações Conjuntas	10 766 893	8 635 471
Clientes (Nota 26.2)	10 766 893	8 635 471
Outras contas a receber	5 766 261	1 629 316
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	900 989	685 444
Pré-pagamento	735 693	378 489
Juro recebidos	3 260 226	-
Adiantamentos	303 970	-
Reembolso do imposto	565 383	565 383
	16 533 154	10 264 787

15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022 USD	2021 USD
Caixa disponível	606	430
Caixa em bancos	154 555 703	132 215 508
Conta <i>On-shore</i> da CMH (i)	755 974	16 038 688
Conta de Receitas (ii)	15 270 852	57 778 035
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	1 490	58 371 398
Conta operacional estrangeira (iv)	24 898	24 898
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	2 489	2 489
Depósitos a taxa fixa – conta <i>onshore</i> (vi)	125 500 000	-
Depósitos a taxa fixa – conta USD <i>offshore</i> (vi)	13 000 000	-
	154 556 309	132 215 938

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. A conta *Onshore* da CMH (Conta *Onshore* em Meticais e Conta *Onshore* em Dólares) – as receitas recebidas em Meticais são depositadas na conta onshore e parte da chamada de caixa é paga em Meticais através desta conta. Os custos administrativos da CMH são pagas através desta conta. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em aumento significativo do saldo.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas recebidas em Dólares Norte Americanos e parte das chamadas de caixa são pagas em Dólares Norte Americanos através desta conta. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em diminuição significativo do saldo.

- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – O saldo desta conta foi transferido para as contas onshore da CMH. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em diminuição significativo do saldo.
- iv. A Conta Operacional Estrangeira - Esta conta destinava-se à liquidação de taxas e dívidas contra custos operacionais do projecto (denominados em dólares norte-americanos) e os custos administrativos da CMH que são pagáveis fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva para serviço da dívida – O saldo desta conta foi transferido para as contas onshore da CMH.
- vi. Depósitos de taxa fixa – A CMH investe seus saldos excedentes em depósitos de taxa fixa junto aos bancos para rentabilizar. São considerados como caixa e equivalentes de caixa devido à natureza de curto prazo. Estes depósitos suportam taxas de juro fixas que variam entre 12-17% para depósitos baseados em MT, e 0,8% a 3% para depósitos baseados em USD.

16. Capital Social

		2022 USD		2021 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 242 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

17. Reservas Legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2021: USD 5 057 330).

18. Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2021: USD 14 296 822).

19. Provisões

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2.9%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto

Longo Prazo	2022 USD	2021 USD
Saldo de abertura	62 764 546	77 841 689
Juros sobre provisões ambientais	1 831 198	1 743 984
Capitalizado em activos fixos tangíveis	2 670 955	(16 821 127)
Saldo de fecho	<u>67 266 699</u>	<u>62 764 546</u>
Curto Prazo	2022 USD	2021 USD
Saldo de abertura	3 012 287	952 608
Juros sobre provisões ambientais	66 494	4 502
Varição na quantia capitalizada em activos tangíveis	3 250 122	2 055 177
Accionada durante o ano	(2 056 030)	-
Saldo de fecho	<u>4 272 873</u>	<u>3 012 287</u>
Total	<u>71 539 572</u>	<u>65 776 833</u>
	2022 USD	2021 USD
Fluxo de caixa esperado		
Dentro de um ano	4 272 873	3 012 287
1 - 5 anos	26 980 563	25 034 429
Mais que cinco anos	40 286 136	37 730 117
Total	<u>71 539 572</u>	<u>65 776 833</u>

A parcela de curto prazo da provisão refere-se aos projectos que serão finalizados em 12 meses.

20. Fornecedores e outras contas a pagar

	2022 USD	2021 USD
Não-corrente		
Outras contas a pagar	110 252	41 802
Corrente		
Passivos correntes da operação conjunta	8 263 527	5 956 385
Fornecedores	1 963 237	1 697 118
Acréscimos e deferimentos das Operações conjuntas (a)	6 300 290	4 259 267
Outros credores	502 545	335 961
Fornecedores	142 762	59 156
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	311 148	229 082
Outras contas a pagar	48 635	47 723
	<u>8 766 072</u>	<u>6 292 346</u>

(a) Referem-se às diferentes provisões para as actividades das operações conjuntas para as operações do dia-a-dia e actividades de manutenção.

21. Contas a pagar entre empresas do Grupo

	2022 USD	2021 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	431 193	25 047
	<u>431 193</u>	<u>25 047</u>

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de assistência técnica. É pago à curto prazo e não incorre juros.

22. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e membros da Direcção Executiva. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2022 (USD)	2021 (USD)	2022 (USD)	2021 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Prestação de assistência técnica	549 330	110 212	431 193	25 047

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte.

Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2022 (USD)	2021 (USD)	2022 (USD)	2021 (USD)	2022 (USD)	2021 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	98 513 195	65 392 788	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	95 938 261	65 056 517	8 263 527	5 956 385

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de pagamentos em numerário (*cash calls*).

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	
		2022 (USD)	2021 (USD)
Operações conjuntas (JO)	Cash calls para despesas	48 875 220	15 882 036

Os compromissos de capital relacionado com as operações conjuntas estão descritos na nota 25.

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transacções ocorreram:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2022 (USD)	2021 (USD)	2022 (USD)	2021 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	512 721	621 137	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 1 165 626 (2021: USD 1 341 922), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 31 038 (2021: USD 41 450). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.

23. Benefícios dos empregados

	2022 USD	2021 USD
Activo de Benefício definido	3 601 739	3 463 542
Passivo de Benefício definido	(3 593 804)	(3 019 054)
Activo líquido de benefício definido	7 935	444 488

a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefício definitivo é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, a lei exige que os gestores ajam no melhor interesse dos participantes estabelecendo políticas de investimento. O fundo de benefício definitivo expõe a empresa aos seguintes riscos: actuarial, de longevidade, cambial, taxa de juro e do mercado.

b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Passivos de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Passivo (Activo) Líquido de Benefício Definido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1 de Julho	3 019 054	2 315 736	(3 462 542)	(3 142 000)	(443 488)	(826 264)
<i>Incluindo lucros e perdas</i>						
Custo do serviço actual	495 524	368 398	(407 332)	(369 459)	98 010	(1 061)
Custo de juros (receita)	125 073	156 399	-	-	102 029	156 399
Incluído em Outro rendimento integral						
Ganho Actuarial	370 451	297 680	(407 332)	(369 459)	(4 019)	(71 779)
Outros						
Diferença cambial líquida	263 534	172 747	101 038	233 584	(364 572)	406 331
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	16 534	240 455	(18 284)	(326 251)	1 898	(85 796)
Benefícios pagos	20 261	48 257	(146 365)	(168 055)	(49 872)	(119 798)
Despesas pagas	(82 016)	(212 220)	222 430	212 220	140 414	-
	-	-	(91 032)	(96 419)	42 253	96 419
	3 593 804	3 019 054	(3 601 739)	(3 462 542)	(7 935)	(444 488)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

i. **Obrigação de benefício definido** Pressupostos actuariais

	2022	2021
Taxa de desconto	12.02%	12.02%
Crescimento salarial futuro	7.59%	6.5%
Crescimento futuro da pensão	5.5%	5.5%
Taxa de inflação	6.59%	5.5%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	-	-
30-35	2	5
35-40	3	2
40-45	-	3
45-50	1	2
50-55	2	1
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Variação percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	3.63	0.56	15.49%
Redução de 1% de inflação salarial	3.56	0.45	-12.63%
Taxa de juros de avaliação 1% de aumento	3.20	0.40	-11.08%
Taxa de juros de avaliação 1% de redução	4.08	0.48	13.48%
Aumento de 1% na pensão	3.95	0.36	-8.61%
redução de 1% na pensão	3.29	0.31	9.90%
Mortalidade pós-aposentadoria (1 ano mais velho)	3.47	0.13	-3.56%
Mortalidade pós-aposentadoria (1 ano mais jovem)	4.53	0.93	25.95%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – adiante	75%

Os benefícios de curto prazo dos empregados são compostos por salários e utilidades, mencionados na nota 7.

24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra as quantias escrituradas e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2022

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Cientes	14	16 533 154	16 533 154	-	16 533 154	-	16 533 154
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	154 556 309	154 556 309	-	154 556 309	-	154 556 309
		<u>171 089 463</u>	<u>171 089 463</u>	<u>-</u>	<u>171 089 463</u>	<u>-</u>	<u>171 089 463</u>

30 de Junho 2021

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Cientes	14	8 635 471	8 635 471	-	8 635 471	-	8 635 471
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	132 215 938	132 215 938	-	132 215 938	-	132 215 938
		<u>140 851 409</u>	<u>140 851 409</u>	<u>-</u>	<u>140 851 409</u>	<u>-</u>	<u>140 851 409</u>

25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

	2022 USD	2021 USD
Tempo estimado das despesas		
Dentro de um ano	16 782 945	20 832 106
2 - 5 anos	2 946 647	18 400 271
	<u>19 729 592</u>	<u>39 232 377</u>

Junho 2022	Compromissos de capital bruto autorizados	Autorizados e contratados	Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
Projectos de Operações Conjuntas			
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	1 098 480	(0)	1 098 480
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	6 981 744	969 802	6 011 942
<i>Meric Drilling Campaign</i>	2 256 621	(18)	2 256 639
<i>PPA Infill Wells Tranche 3</i>	2 118 618	608 441	1 510 177
Outros projectos	7 274 130	320 810	6 953 320
Custos administrativos da CMH			
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	1 180 000	-	1 180 000
	20 909 593	1 899 035	19 010 558
Junho 2021	Compromissos de capital bruto autorizados	Autorizados e contratados	Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
Projectos de Operações Conjuntas			
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	7 346 417	2 140 234	5 206 183
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	19 928 613	821 923	19 106 690
<i>Meric Drilling Campaign</i>	5 447 017	1 174 558	4 272 459
<i>PPA Water Disposal</i>	327 221	-	327 221
Outros projectos	5 064 443	174 878	4 889 565
Custos administrativos da CMH			
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	1 118 666	173 054	945 612
	39 232 377	4 484 647	34 747 730

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da Empresa.

As políticas de gestão de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a Empresa está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A Empresa desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

26.1.1 Risco Cambial

A Empresa incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Empresa realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Empresa ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2022 MT	2021 MT
Fornecedores	(8 584 469)	(3 252 357)
Caixa e equivalentes de caixa	6 193 170 515	958 127 776
	6 184 586 046	954 875 419

Abaixo apresentam-se as taxas de câmbio que foram aplicadas durante o exercício;

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2022	30 de Junho 2021	30 de Junho 2022	30 de Junho 2021
MT por USD	64.44	70.02	64.47	64.14

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Empresa, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 949 799 (2021: USD 148 874). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.2 Risco da taxa de juro

A Empresa não está exposta às alterações das taxas de juros dos seus depósitos a prazo, uma vez que o Conselho de Administração adopta a política de taxas de juro fixas. À data de reporte, nenhum dos depósitos a prazo tinha uma componente de taxa de juro variável. As taxas de juro acordadas para os depósitos a prazo em USD variaram até 0.8% a 3% enquanto que, para Meticais variaram entre 12% a 17%.

As taxas fixas acordadas com as instituições financeiras não variam significativamente em relação às taxas de juro variáveis predominantes;

	Quantia escriturada	
	2021 USD	2020 USD
Depósitos fixos		
Depósito a prazo fixo com taxas de juro variáveis	-	-
Depósito a prazo fixo com taxas de juro fixas	137 500 000	-

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD zero (2021: USD zero). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.3 Risco de preço de *commodities*

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio e o lucro após impostos em USD 208 168 (2021: USD 65 393). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes. A empresa gere este risco acordando a componente fixa do preço nos acordos de venda.

26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração possui política de crédito e a exposição ao risco de crédito é monitorada continuamente. A exposição de crédito é limitada, pois as contas a receber da empresa são devidas apenas ao parceiro da Operação Conjunta. A Entidade estabelece uma provisão para crédito incobrável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação a contas a receber de clientes e outros devedores. As principais componentes desta provisão são perdas específicas que se referem a exposição significativa.

A Empresa considera todas as contas a receber com mais de 90 dias de atraso como categoria de maior risco. As outras contas a receber são principalmente de bancos por conta de juros. A exposição máxima a riscos de crédito é representada pelo quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração de posição financeira. A Empresa utiliza instituições financeiras com boas classificações de crédito para gerir o risco de crédito relacionado aos saldos bancários. A Empresa considera que seu caixa e equivalentes de caixa possuem baixo risco de crédito e não foram registadas perdas de crédito esperadas contra esses saldos.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2022 USD	2021 USD
Clientes (Nota 14)	16 533 154	8 635 471
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	154 556 309	132 215 938
Exposição líquida	171 089 463	140 851 409

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2022 USD	2021 USD
Não vencido e nem em imparidade	16 533 154	8 635 471

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 82% (2021: 79%) do rédito da empresa e 72% (2021: 65%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2021. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A classificação e a taxa da Perda de Crédito Esperada são calculadas para cada crédito com base na experiência real de perda de crédito e tendo em vista que, para essas demonstrações financeiras, é utilizada uma presunção de baixo risco de crédito.

As informações prospectivas são consideradas com base nas análises e previsões econômicas, considerando os dados de recursos confiáveis, relatórios específicos de capacidade de crédito e avaliação de eventos que possam pôr em causa a credibilidade das partes envolvidas.

26.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
30 de Junho de 2022						
Passivos financeiros não derivados	-	-	-	-	-	-
Cientes e outras contas a pagar	(8 766 072)	(8 766 072)	(8 766 072)	-	-	-
	<u>(8 766 072)</u>	<u>(8 766 072)</u>	<u>(8 766 072)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
30 de Junho de 2021						
Passivos financeiros não derivados	-	-	-	-	-	-
Cientes e outras contas a pagar	(6 292 346)	(6 292 346)	(6 292 346)	-	-	-
	<u>(6 292 346)</u>	<u>(6 292 346)</u>	<u>(6 292 346)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

28. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2022 até à data do relato, não houve eventos significativos que tenham ocorrido e que necessitem de divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras. Um dos acordos de venda de gás com a ENH (2MGJ/a), que foi suspenso desde 2017, foi retomado em 1 de Agosto de 2022.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Agosto de 2022.